INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A transição política do regime único para regime democrático na Guiné-Bissau (1990-1993)

Mussa Augusto Gomes

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:
Doutora Ana Mónica Fonseca, Professora Auxiliar
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro 2025

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

A transição política do regime único para regime democrático na Guiné-Bissau (1990-1993)

Mussa Augusto Gomes

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:
Doutora Ana Mónica Fonseca, Professora Auxiliar
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro 2025

Dedicatória

Dedico este trabalho a toda minha família, especialmente ao meu Avô Victor da Silva, vulgo Entchemek (in memoriam), que me incentivou e apoiou a inscrever na Educação Formal, e me dizia “O TEMPO É MAIOR PROFESSOR DA VIDA”, à minha irmã Binta Augusto Gomes (in memoriam).

Agradecimentos

É sempre uma tarefa difícil de fazer um exercício que permita retribuir a gratidão que nos é concedida em momentos de necessidade e, ou de sofrimento.

A minha mãe Inna Victor da Silva, minha esposa, Eurizanda Fernando Indeque Gomes, pelo amor e carinho com que me acompanharam nesta árdua e sofrida caminhada.

Dedico ainda este trabalho às pessoas que me acolheram aqui em Lisboa, Jorge Silva, Tânia Rangel, Cristina Vaz de Almeida, Albertina, Fernanda Jorge.

Agradeço a Deus por graça e amparo que me tem concedido;

A minha família pelo amor, carinho e sacrifício consentido durante todo esse percurso;

O Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), e a seu corpo diretivo, professores do Departamento da História Moderna Contemporânea e funcionários administrativos pela oportunidade e acolhimento caloroso que sempre me foi proporcionado;

A Faculdade de Direito de Bissau e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) por terem facilitado e disponibilizado todas as obras com as quais dialoguei na feitura deste trabalho;

A Dra. Ana Mónica Fonseca, pela sábia e humilde orientação;

Aos meus colegas da turma de Mestrado, em especial, Ana Vanessa da Veiga, Seco Fati, Domingos pela partilha e a fonte de inspiração que me serviram;

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esse percurso fosse possível, o meu muito obrigado.

Resumo

O presente estudo, intitulado "A TRANSIÇÃO POLÍTICA DO REGIME ÚNICO PARA REGIME DEOCRÁTICO NA GUINÉ-BISSAU (1990-1993)", visa fornecer informações com base em evidências científicas, que permitam compreender o historial do processo de transição democrática na Guiné-Bissau entre 1990 e 1993. O estudo fornece informações que permitem reviver o contexto político de então, e demonstra a primazia do partido africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde sobre outros partidos no referido processo. Os procedimentos metodológicos aplicados na recolha de dados para feitura deste trabalho, desdobram-se em revisão bibliográfica relativa às produções que abordam assuntos relacionados à transição democrática na Guiné-Bissau, e entrevistas a algumas pessoas relacionadas com o tema.

De acordo com as informações que recolhidas tanto das leituras quanto das entrevistas demonstram a primazia do PAIGC e seus atores político sobre o processo de transição, facto que jogou a seu favor tanto na revisão constitucional como na preparação de todo o processo de transição.

PALAVRAS-CHAVE:

Guiné-Bissau; PAIGC; Cultura política; Transição Democrática.

Abstract

This study, entitled "THE POLITICAL TRANSITION FROM A SINGLE-PARTY SYSTEM TO A DEMOCRATIC SYSTEM IN GUINEA-BISSAU (1990-1993)," aims to provide information based on scientific evidence that allows for an understanding of the history of the democratic transition process in Guinea-Bissau between 1990 and 1993. The study provides information that allows us to relive the political context of the time and demonstrates the primacy of the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde over other parties in that process. The methodological procedures applied in the collection of data for this work consist of a bibliographic review of publications addressing issues related to the democratic transition in Guinea-Bissau and interviews with some people related to the topic.

According to the information gathered from both the readings and the interviews, the PAIGC and its political actors played a leading role in the transition process, a fact that worked in their favor both in the constitutional review and in the preparation of the entire transition process.

KEY WORDS:

Democratic Transition; Guinea-Bissau; PAIGC; Western Countries; Political Culture

Índice

Agradecimentos ..... **i**
Resumo ..... **ii**
Abstract ..... **iii**
Lista de siglas ..... **vi**
Introdução **1**
1.Metodologia **3**
1.1. Delimitação da Investigação: Objetivos, Questão e Hipótese **4**
2.Revisão da literatura **5**
2.1. Conceptualização de "transição" **5**
2.2. Cultura Política **9**
2.3. O nascimento de um estado e as relações de poder sociopolítico **10**
2.4. A formação da elite política na Guiné-Bissau **22**
2.7. A guerra fria **35**
2.8. O programa de ajustamento estrutural **41**
3.1 O Impacto Político. **46**
2.8.1.1. A Oposição Guineense 46
2.8.1.2. Surgimento da RGB/MB 48
2.8.1.3. As reformas políticas 49
4. Dimensão político-jurídica **52**
4.8. As reformas políticas ocorridas na Guiné-Bissau nos anos de 1986 a 1993 ..... **52**
5. Discussão dos resultados **64**
5.1 A continuidade do poder político e o papel do PAIGC **64**
5.2. A dinâmica do processo **69**
5.3. A reação dos atores políticos **71**
Conclusões **72**
Bibliografia **75**
Anexos **78**
Anexo I **78**
Anexo II **83**

Lista de siglas

A.N. P = Assembleia Nacional Popular

C.M. T= Comissão Multipartidária de Transição

CNCECO = Comissão Nacional de Coordenação Económica e Controlo Orçamental

CNE = Comissões Nacional de Eleições

F.A.R. P = Forças de Seguranças

F.D = Frente Democrático

F.S, D = Frente Social-democrata

FCG= Partido Fórum Cívico Guineense

FDS = Frente Democrática Social

FMI=Fundo Monetário Internacional

INEP = Instituto Nacional de Pesquisa

LGDH = Liga Guineense dos Direitos Humanos

LIPE = Liga Guineense Para a Proteção ecológica

MUDI= Movimento Unidade para a Democracia

NU= Nações Unidas

P C D =Partido de convergência democrática

P.A. E = Programa de Ajustamento Estrutural

P.R. D= Partido para a Renovação e o Desenvolvimento.

PAIGC = Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-verde

PDSSG = Partido Democrático Socialista para Salvação Guineense

PND= Partido da Nova democracia

PRS= Partido da renovação Social

PT = Partido dos Trabalhadores

PUSD= Partido Unido Social Democrata

R.G. B = Resistência da Guiné-Bissau

U.N.T. G = União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau

U.R.S. S= União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UPG = União Patriótica Guineense

Introdução

A transição para regimes democráticos em contextos africanos tem sido um dos temas centrais no campo de ciências sociais desde a década de 1990. A Guiné-Bissau, com a sua história marcada pelo monopartidariíssimo e pela dominação do partido africano para a independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), passou por um processo de abertura política no início da década de 1990, culminando com a realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994.

Apesar de formalmente introduzir um sistema de multipartidário, a dinâmica da transição na Guiné-Bissau permanece envolta em ambiguidades. As estruturas de poder herdadas do regime do partido único continuaram a influenciar decisivamente o novo sistema, gerando uma série de questões que carecem de investigação empírica sistemática. Neste sentido, o presente estudo busca compreender em profundidade os fatores sociopolíticos que moldaram a transição democrática no país, bem como os efeitos desse processo na reconfiguração do poder político.

A crise estrutural que afetou os países do Leste Europeu no final da década de 1980 não tardou em provocar reflexos, direta ou indiretamente, nos países com os quais cooperavam. Em países da Ásia e do continente africano, o impacto dessa crise foi ainda mais devastador, a ponto de obrigar os governos de muitos desses países à adoção de medidas de austeridade extrema, com o objetivo de salvar suas economias.

> Na mesma altura, a África encontrava-se mergulhada numa crise económica. Alguns países, como a Guiné-Bissau, o Gana, a Costa do Marfim e o Senegal, vinham tentando ultrapassar essa crise, apelando às ajudas de organismos financeiros internacionais como o FMI e o Banco Mundial. (Cardoso, 1996, p.13)

Ainda assim, internamente, a fragilidade das instituições do Estado motivada pela governação autoritária, pela fraca gestão da coisa pública e pela má distribuição de renda precipitou o desentendimento entre os detentores do poder político. Esse facto contribuiu para um "puxa-puxa" de jogo de influência, debilitando ainda mais as políticas de Ajustamento Estrutural, que, por si sós, já nasciam desajustadas ao contexto da Guiné-Bissau daquela época. Assim,

> "[...] alguns governos africanos tinham igualmente chegado à conclusão de que o sistema de partido único, bem como a ausência de democracia, tinham sido algumas das causas principais do desastre económico verificado ao longo de três décadas de independência." (Cardoso, 1996, p.14)

De acordo com Mendy, citado por Koudawo:

> "As mudanças ocorridas no plano internacional a partir do final dos anos 1980 [...] foram um poderoso catalisador da evolução da Guiné-Bissau em direção ao pluralismo político, uma vez que o país é extremamente dependente da assistência estrangeira, e os dirigentes foram tanto mais sensíveis senão vulneráveis (Augel & Cardoso, 1996) aos condicionalismos democráticos surgidos no início dos anos 1990." (Koudawo, 2001, p.134)

Face a esse contexto nacional e internacional, tão desfavorável à situação económica, social e política, a Guiné-Bissau não tinha outra saída senão embarcar nas dinâmicas exigidas aos países cujos regimes eram mais fechados e menos sensíveis às liberdades individuais, sociais e aos direitos humanos. Assim, no final da década de 1980, o cenário político interno tanto ao nível do aparelho de Estado como das relações institucionais dentro da sua estrutura funcional, incluindo o próprio partido PAIGC, que era a única força política dirigente da sociedade e do Estado da Guiné-Bissau, segundo a constituição em vigor na altura transformou-se paulatinamente, criando as condições propícias à criação de estruturas de transição democrática.

Visivelmente, a revisão constitucional verificada em 1991, que culminou com a revogação do artigo 4.º o qual declarava o PAIGC como a única força dirigente da sociedade e do Estado da Guiné-Bissau, conforme a constituição de 1984, a criação da Comissão Multipartidária de Transição, também em 1991, e a criação da Comissão Nacional de Eleições em 1993 foram sinais marcantes dessa transformação político-estrutural.

A escolha do título para a realização deste trabalho foi inspirada nas leituras feitas sobre os trabalhos académicos produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), sobretudo numa publicação intitulada *Transição Democrática na Guiné-Bissau e Outros Ensaios*, publicada pela mesma instituição em 1996, da autoria de Johannes Augel e Carlos Cardoso. A temática da transição democrática e da democracia na Guiné-Bissau é um assunto que tem sido objeto de diversos estudos e de uma rica produção

académica, tanto a nível interno quanto externo (cf. Augel e Cardodo, 1996; Koudawo, 2001; Teixeira, 2008).

Os propósitos que justificam a escolha deste recorte temporal de 1990 a 1993 surgem no âmbito da realização de um estudo que se propõe a fornecer elementos que permitam conhecer o historial do processo de transição democrática na Guiné-Bissau durante o período referido, o qual nos parece fundamental para a compreensão das dinâmicas posteriores do processo político-democrático no país.

1. Metodologia

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa, centrada na compreensão interpretativa do fenómeno político em estudo da transição democrática na Guiné-Bissau entre os anos de 1990 e 1993. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa é apropriada para investigar fenômenos sociais em seus contextos naturais, com o objetivo de compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências. A natureza complexa e sensível das relações de poder, da cultura política e das transformações institucionais justifica a opção por esta abordagem.

O interesse aqui não recai sobre a medição de variáveis, mas sim sobre a análise dos discursos, perceções, experiências e interpretações dos atores envolvidos no processo político. Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa é especialmente adequada para o estudo de realidades sociais construídas historicamente e marcadas por múltiplas dimensões simbólicas. Assim, a primeira etapa metodológica consistiu numa revisão bibliográfica sistemática, voltada à identificação de produções científicas, relatórios institucionais e documentos históricos relevantes sobre a cultura política, os processos de democratização em África, e especificamente sobre o caso da Guiné-Bissau. Foram consideradas fontes nacionais e estrangeiras, o que permitiu construir um marco teórico analítico robusto e identificar lacunas de conhecimento que justificam a presente investigação. A recolha de dados empíricos foi realizada por meio de entrevistas em profundidade, com base num guião semiestruturado. Como observam Flick (2009) e Bogdan & Biklen (1994), entrevistas deste tipo permitem um equilíbrio entre a sistematização das perguntas e a liberdade do entrevistado para explorar os temas que

julgar mais relevantes. A flexibilidade dessa técnica foi essencial para captar as nuances subjetivas do processo político estudado.

Foram entrevistados 12 cidadãos guineenses com idades entre 45 e 75 anos, selecionados por amostragem intencional (ou criteriosa), conforme sugerem Patton (2002) e Yin (2016), com base em sua ligação direta ou indireta ao processo de transição democrática. A amostra procurou contemplar diversidade de género (7 homens e 5 mulheres) e de experiências políticas, de modo a garantir uma pluralidade de perspetivas. O guião foi construído a partir dos objetivos da pesquisa e dos temas emergentes da revisão bibliográfica. Contemplou perguntas abertas que abordaram, entre outros temas, as condições políticas da época, a atuação dos principais partidos, a perceção sobre o PAIGC, a criação de novas forças políticas e os efeitos do multipartidarismo. Em anexo encontra-se o guião utilizado para as entrevistas.

1.1. Delimitação da Investigação: Objetivos, Questão e Hipótese

O objetivo geral desta investigação consiste em produzir conhecimento sustentado em evidências históricas e científicas que permita compreender o processo de transição democrática ocorrido na Guiné-Bissau entre 1990 e 1993. Este propósito define, de forma clara e delimitada, a intenção analítica do trabalho, centrada na construção de uma interpretação crítica e rigorosamente fundamentada, que contribua para colmatar uma lacuna ainda existente nos estudos políticos e históricos sobre a Guiné-Bissau contemporânea.

O recorte temporal adotado, compreendido entre os anos de 1990 e 1993, corresponde a um período de particular relevância na história política do país, marcado pela desagregação do sistema de partido único e pela realização das primeiras eleições multipartidárias. Trata-se, portanto, de um intervalo cronológico dotado de elevado significado histórico, que permite observar e analisar as transformações institucionais, sociais e ideológicas associadas à emergência da democracia guineense.

Neste contexto, a investigação procura identificar os fatores que condicionaram e favoreceram o desenrolar do processo de transição democrática, bem como examinar as dinâmicas políticas, institucionais e sociais que caracterizaram este período. Procura, igualmente, interpretar as reações e estratégias dos diferentes atores políticos face à abertura democrática, analisando o surgimento dos primeiros partidos e os respetivos posicionamentos no novo quadro multipartidário. Por fim, visa avaliar os impactos desse processo na reconfiguração das estruturas sociais e políticas do país, contribuindo, assim,

para uma compreensão mais ampla das transformações que moldaram a Guiné-Bissau no limiar da década de 1990.

De modo a concretizar estes objetivos, teremos como questão de partida a seguinte: "que condições sociopolíticas determinaram e guiaram o processo de transição democrática na Guiné-Bissau?" A cultura política e as relações de poder sociopolítico estabelecidas durante a vigência do partido único na Guiné-Bissau determinaram e influenciaram o processo de transição democrática a favor do partido PAIGC e dos seus candidatos nas primeiras eleições multipartidárias.

Embora a pesquisa qualitativa não exija necessariamente uma hipótese no modelo positivista tradicional, ela pode formular hipóteses interpretativas (ou hipóteses de trabalho), como proposto por Guba e Lincoln (1994). Neste caso, a hipótese busca levantar uma leitura crítica da transição, que sugere uma continuidade das estruturas de poder sob um novo formato institucional, mas com pouca rutura efetiva com o regime anterior.

Essa hipótese será confrontada com os dados empíricos obtidos nas entrevistas, numa perspetiva indutiva e reflexiva, reconhecendo a complexidade das transições políticas em contextos pós-coloniais e de frágil institucionalização democrática.

Deste modo, procuraremos desenvolver uma análise que contribuirá, do ponto de vista teórico, para a compreensão das transições democráticas em contextos africanos pós-coloniais, com ênfase nas continuidades institucionais e nas relações de poder herdadas. Do ponto de vista prático, oferece subsídios para a formação de políticas públicas mais responsivas às especificidades históricas e culturais da Guiné-Bissau.

2. Revisão da literatura

2.1. Conceptualização de "transição"

O tema objeto deste estudo, transição democrática na Guiné-Bissau, passou a integrar a agenda política e social guineense após 18 anos de vigência do sistema monopartidário e de um regime fechado às liberdades sociais e ao exercício pleno dos direitos de cidadania.

O texto discute as principais teorias sobre a transição do monopartidarismo para o multipartidarismo, destacando a evolução dos estudos acadêmicos sobre mudanças de regime político desde a década de 1950. Inicialmente, os estudos eram funcionalistas, abordando a modernização política, cultural e estrutural. Posteriormente, consolidou-se o

campo da "transição democrática" ou "transitologia", com três principais abordagens: genética, nativista e internacional.

No período pós-Segunda Guerra Mundial, surge a teoria da modernização, que defende o desenvolvimento econômico como pré-requisito para a democracia. Essa abordagem predominou até os anos 1960 e contou com autores como Apter, Smith, Cutright e Jackman. Em 1960, Almond e Verba, na obra *Cultura Cívica*, destacam a importância da cultura política para a estabilidade democrática. O conceito refere-se às atitudes e orientações dos cidadãos em relação ao sistema político, podendo ser comparado a outras culturas, como a econômica e a religiosa.

A cultura política de uma nação refere-se à particular distribuição de padrões de orientação para os objetos políticos entre os membros de um país" (ALMOND & VERBA, 1989, p. 13).

Linz e Stepan, em seus estudos comparativos, buscam uma definição prática de democracia consolidada, analisando tanto macrovariáveis (como estabilidade política) quanto microvariáveis (relativas à política interna dos países). Eles destacam a importância dos fatores internos nos processos de transição que se originam em regimes totalitários, mas também reconhecem a influência determinante de fatores externos, como a política internacional, na consolidação democrática.

A consolidação democrática de um país é determinada principalmente pelas forças internas de uma nação (TRICARICO, 2023, p. 124,).

As principais teorias e autores sobre a transição para o multipartidarismo. Segundo Almond, Verba, Lerner e Myrdal, o sistema político depende das estruturas culturais. Rustow defende que as transições são dinâmicas e incertas, divididas em três fases: preparatória, de responsabilidade e de habituação. Ele enfatiza o papel das elites e das escolhas racionais no surgimento do multipartidarismo.

O'Donnell, Schmitter e Whitehead, nos anos 1980, analisaram transições na Europa do Sul e América Latina, destacando fatores domésticos e a incerteza dos resultados. Identificaram cinco variáveis fundamentais no processo, como o papel das forças armadas e os pactos políticos.

Huntington propôs três modelos de transição: transformação (iniciada pelo regime), substituição (imposta pela oposição) e negociação (resultado do equilíbrio entre as partes). Ele sistematizou os diferentes caminhos rumo ao multipartidarismo durante a chamada "terceira onda" de democratização.

Samuel Huntington, representando a corrente internacional, distingue entre as três ondas de democratização. Na segunda, predominam imposições externas, enquanto na terceira, os processos internos ganham mais relevância, ainda que em interação com fatores internacionais. Ele define essa terceira fase como marcada pelo consentimento**,** um equilíbrio entre forças domésticas e influências externas.

A partir da década de 1990, os estudos sobre transições democráticas passaram a valorizar a dimensão internacional**,** impulsionados pela democratização na Europa Central e Oriental. Autores como Geoffrey Pridham e Lawrence Whitehead destacam o papel de pressões políticas, diplomacia, incentivos econômicos e influência moral como fatores internacionais relevantes na transição para o multipartidarismo

A "Democratização" é, assim, o resultado de um duplo movimento que interliga as ações, interações e intenções de grupos nacionais relevantes com as forças internacionais. Por um lado, é a dinâmica imposta por fatores externos; por outro, são os influenciadores dos processos de transição internos. (Lima & De sá, 2005, p. 135)

Philippe Schmitter amplia a tipologia de Whitehead ao incluir a condicionalidade**,** que envolve imposições de instituições internacionais (como FMI e UE) em troca de apoio econômico, influenciando a transição democrática. Esse conceito, aliado ao consentimento proposto por Whitehead, reforça a ideia de que transições políticas decorrem da interação entre fatores internos e externos.

No caso da Guiné-Bissau, a transição do monopartidarismo para o multipartidarismo não seguiu um modelo teórico rígido, mas envolveu múltiplas variáveis:

- Transformação (Huntington): transição liderada pelos próprios dirigentes autoritários.
- Revolução armada e constituição (Linz e Stepan): a permanência de elementos autoritários na constituição impede a consolidação democrática.
- Consentimento (Whitehead): transição como resultado de interação entre atores internos e forças internacionais.
- Condicionalidade (Schmitter): exigências externas moldam as decisões políticas internas.

A institucionalização do multipartidarismo na Guiné-Bissau se deu também por meio de diversas leis aprovadas entre 1991 e 1992, que garantiram liberdades fundamentais e legalizaram a existência de partidos, imprensa livre, sindicatos e o direito à manifestação.

Esses marcos jurídicos estabeleceram as bases do sistema democrático e pluralista consagrado na Constituição do país.

Por fim, LINZ e STEPAN consideram que uma transição está incompleta enquanto permanecerem elementos não democráticos na constituição, como citado por Bernardo P. Lima e Tiago M. de Sá.

A transição política na Guiné-Bissau é considerada um exemplo de democratização inacabada, dado o forte poder presidencial mantido na Constituição de 1984. Essa transição foi marcada pela introdução das chamadas "founding elections", conceito de O'Donnell e Schmitter, que atribui às eleições fundadoras a função de legitimar o novo sistema político multipartidário.

Partidos como o RGB/Movimento Bafatá**,** o PRS e os grupos da Carta 21, junto com movimentos sindicais, desempenharam papel fundamental na abertura democrática e podem ser considerados fundadores do novo sistema político guineense.

No plano internacional, destacou-se a atuação da União Africana e da CEDEAO**,** além da influência de redes e entidades estrangeiras. Também é relevante a noção de condicionalidade, segundo a qual instituições internacionais, como o FMI ou Banco Mundial, condicionam apoio financeiro à adoção de reformas democráticas.

A transição da Guiné-Bissau, embora significativa, não seguiu um caminho linear e permanece como objeto de análise dentro da transitologia, campo que estuda os diferentes padrões de democratização no mundo, especialmente desde os anos 1990.

O debate atual sobre a transitologia evidencia, a partir de estudos pós-1990, um padrão analítico consistente e uma valorização crescente da área como campo relevante da ciência política contemporânea.

Segundo Guilhot e Schmitter (2000), esse movimento resultou no surgimento de duas disciplinas independentes dentro dos estudos sobre democratização: duas subdisciplinas estreitamente relacionadas, denominadas "transitologia" e "consolidologia" (citado por Tricarico, 2023, p. 126).

A transitologia corresponde à mudança nos procedimentos políticos durante um período que abrange o apagamento de um regime autoritário e os esforços para estabelecer a democracia (Tricarico, 2023, p. 126).

A transição política é entendida como o período entre dois regimes estáveis, sendo influenciada pelas estratégias dos grupos envolvidos. A transitologia estuda esse processo, com foco na emergência de novas regras. Já a consolidologia aborda a institucionalização dessas regras, destacando que o surgimento de novos arranjos não

garante estabilidade. O conceito de consolidação enfrenta críticas por definições redundantes ou imprecisas, mas, classicamente, refere-se à aceitação duradoura das regras democráticas pelos principais atores políticos. Após 1974, diante da imprevisibilidade das transições, teóricos passaram a tratar transição e consolidação como momentos distintos, propondo novas abordagens para fortalecer a democracia.

2.2.Cultura Política

O termo "cultura política" tem sido amplamente utilizado nas investigações comparativas sobre diferentes realidades históricas. Em grande parte, busca-se compreender por que determinadas sociedades desenvolvem dinâmicas institucionais diferenciadas, mesmo quando apresentam um mesmo aparato institucional (Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira, 1996, p. 83).

Com base nessa caracterização geral, podemos definir a cultura política como um conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginários partilhados por determinado grupo social, direcionados à compreensão e atuação nos fenômenos políticos (Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira, p. 95, 1996).

O conceito de cultura política envolve normas, valores e hábitos profundamente enraizados e transmitidos entre gerações. O debate sobre a transitologia ganhou destaque após os anos 1990, tornando-se um campo relevante na ciência política. Essa abordagem oferece ferramentas para compreender as transições democráticas, como a da Guiné-Bissau. Para entender esse processo, é essencial analisar o papel da elite política guineense**,** suas origens, rupturas e influência desde o período colonial até a transição para o multipartidarismo.

2.3.O nascimento de um estado e as relações de poder sociopolítico

A Guiné-Bissau, sendo um pequeno país lusófono da África Ocidental, etnicamente muito heterogéneo, com poucos recursos naturais e económicos, e com uma fraca rede de infraestruturas e de base industrial, possui uma economia sustentada pelo circuito económico de consumo, alimentada pela agricultura de subsistência. Depende, em grande parte, da ajuda internacional, que mantém em funcionamento as estruturas político-administrativas dinamizadoras da economia.

Em 24 de setembro de 1973, o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) proclamou, unilateralmente, a independência da Guiné-Bissau (CARLOS LOPES, 1982, p. 17).

Na época, era considerado o único território entre os países ainda ocupados pelos colonialistas portugueses em África a proclamar, de forma parcial e unilateral, a sua independência. Essa proclamação foi rapidamente reconhecida por mais de 80 países, o que evidenciava a forte capacidade organizativa do PAIGC durante a luta armada, a sua articulação internacional e a criação da Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau. Mais tarde, em 1974, o Movimento das Forças Armadas derrubou o regime português no dia 25 de abril, permitindo, assim, o reconhecimento oficial da independência da Guiné-Bissau, a 11 de setembro do mesmo ano.

Os povos que habitam o litoral da Guiné-Bissau foram vítimas, nos séculos XIII e XIV, da expansão das etnias de origem mandê, que chegaram ao centro do país. Ainda hoje se distinguem diferenças significativas nos hábitos sociais entre as etnias do litoral e as do Leste: as primeiras são animistas e vivem em regimes comunitários sem estrutura estatal formal; as segundas são islamizadas e apresentam formas organizadas de estado (Lopes, 1982, p. 19).

Entre os principais grupos étnicos do país, destacam-se os Balantas, Mandingas, Beafadas, Nalus, Bijagós, Cocolis, Padjafas (no arquipélago dos Bijagós e ilhas próximas da costa), Manjacos, Pepéis e Brames.

A etnicidade e as relações de poder formam-se num contexto de racionalidade étnica. A etnia pode ser definida como uma entidade caracterizada por uma mesma língua, uma tradição cultural e histórica comum, pela ocupação de um mesmo território, por uma mesma religião, e, sobretudo, pela consciência coletiva de pertença a essa comunidade (Lopes, 1982, p. 33).

Pretendemos de um certo modo sublinhar e analisar na base de uma lógica a evolução assim como a relação entre a etnicidade e o Estado na Guiné-Bissau, com o foco na racionalidade dos atos e comportamentos dos indivíduos como cidadãos.

A participação limitada dos Fulas na luta armada pode ser explicada pela sua estrutura social, verticalmente organizada em classes com poderes separados, baseados em condições económicas. Embora essa participação não tenha sido significativa, o mesmo se verifica em outras etnias com organização horizontal.

Segundo Cabral, citado por (Lopes 1982, p. 33–34), Mandingas e Fulas tiveram uma participação ativa na construção do Estado, em igualdade com outras etnias, baseando-se em valores islâmicos que continuam presentes na Guiné-Bissau, sendo expressos em manifestações culturais e religiosas.

A construção do Estado não deve ser vista apenas como uma imposição externa, mas como um processo que reflete o racionalismo étnico e político existente desde os tempos da luta. A etnia, entendida como entidade homogénea, e o Estado, como elemento integrador interétnico, não devem ser encarados como forças contraditórias, mas como estruturas complementares, embora institucionalizadas com ideologias próprias.

> "Sublinhamos que se trata de descentralizar o mito que pretende fazer crer que a Guiné-Bissau não tinha História antes da chegada dos colonizadores, e que o Estado, enquanto forma centralizada do poder político, é uma estrutura que foi apenas introduzida pelos próprios colonizadores." (Lopes, 1982, p. 40)

Em África, a criação de um Estado não foi, necessariamente, sinónimo da criação de uma nação. Para o homem africano, o Estado foi concebido como uma forma de reunir património, recursos, territórios e integrar populações sob uma orientação política comum. Ainda com base no contexto africano, verifica-se uma evolução do modo de produção tributário.

Na Guiné-Bissau, essa característica já era notável durante a luta armada, e reflete-se em estruturas herdadas do colonialismo embora contrariadas pelos ensinamentos de Amílcar Cabral.

A religião, por sua vez, não foi herdada diretamente do Estado colonial, mas representa um elemento central na construção identitária e política do Estado guineense.

Atualmente, as relações entre os Fulas e os Mandingas são muito próximas, uma vez que partilham tradições religiosas e políticas comuns. Essas duas etnias alternaram-se no domínio uma da outra ao longo da História. Ambas migraram do interior para zonas

próximas do litoral, sendo grupos que, historicamente, mantiveram estruturas de Estado e relações com reinos da mesma origem étnica, situados no Nordeste da Mauritânia e leste do atual Sudão e Nigéria.

Os Fulas destacam-se pela sua homogeneidade cultural, forte apego à sua História e permanência em espaços geográficos específicos. As comunidades Fula e Mandinga na Guiné-Bissau possuem uma estrutura tradicional de Estado com base num sistema económico de produção tributária, sendo as únicas etnias com uma estratificação social marcada, em que o trabalho pago aos chefes era a base para a acumulação de capital.

Esse fato tem, por vezes, alimentado debates e ceticismo quanto à capacidade interna do país e do seu tecido social de garantir o desenvolvimento sustentável e o bem-estar do povo guineense, como estabelecido na Agenda do Milénio das Nações Unidas.

O ano de 1963 ficou na história do povo guineense, assim como o povo de todo o mundo, como o início da luta armada na Guiné-Bissau contra as forças coloniais portuguesas e contra o regime colonial português. Foi em 23 de janeiro desse ano que um grupo de combatentes da liberdade da pátria iniciou uma mudança radical na luta armada. Apoiado massivamente pelo nosso povo, desencadeou uma ação armada no Sul e no centro-sul do país.

A ação, conhecida como ação direta, consistiu especialmente em sabotagens econômicas e das vias que permitiam boa parte da circulação. O PAIGC conseguiu mobilizar uma grande massa populacional para instalar bases de guerrilha e desenvolver a luta armada, conseguindo apoderar-se de materiais de guerra do inimigo.

Conhecida como ação direta, especialmente a sabotagem econômica e das vias que permitem uma boa parte da circulação, o PAIGC conseguiu mobilizar uma grande massa populacional para instalar bases de guerrilha para o desenvolvimento da luta armada, na qual o partido conseguiu se apoderar de materiais de guerra do inimigo.

Em resposta à ação do PAIGC, a força colonial desencadeou uma repressão militar em todo o país, sobretudo no Sul, contra a população.

Com as experiências adquiridas na frente sul, foram definidas novas estratégias que fizeram com que as tropas coloniais sofressem baixas consideráveis nas florestas de Oio, formando um triângulo nas estradas Mansoa, Mansabá e Bissorã.

Assim se desenvolveu a luta armada no norte, em Geba, e com a instalação de uma guerrilha na região ocidental (Binar, Bula), o que marcou o sucesso da luta armada.

No plano internacional, em particular no plano africano, a realidade da nossa luta e o seu alto nível de eficácia impuseram-se definitivamente. O eco da nossa ação vitoriosa

estendeu-se a todo o mundo e anulou, por completo, as manobras do inimigo do nosso povo (Silva, 2010, p. 110).

A criação da primeira Assembleia Nacional Popular na Guiné é sinônimo de uma vitória de uma longa e renhida luta gloriosa de um povo pela sua independência, marcando novas esperanças para ações políticas.

Proclamação da independência do Estado da Guiné-Bissau:

As décadas de 70 a 80 foram marcadas por duas circunstâncias políticas na Guiné-Bissau, que aparecem como consequências da Guerra Fria.

A primeira é vista como a autodeterminação de novos Estados em África, fato que mereceu e continua a merecer grandes estudos por parte dos intelectuais políticos.

A segunda é marcada pela adesão de muitos países africanos aos regimes políticos democráticos.

De acordo com Silva (1997, p.285), citado em Semedo (2011, p. 68), à luz do direito internacional, foram quatro os pilares sobre os quais assenta a proclamação do Estado guineense: os princípios da liberdade, universalidade, igualdade de direitos e cooperação internacional. Ou seja, eis o sentido de cada um dos pontos:

Liberdade, no sentido profundo da palavra, refere-se à condição de uma independência autônoma, soberana e autossuficiente, livre da dominação estrangeira e com a negação do uso da força por potências militares externas.

Universalidade, que se refere à integralidade, completude e totalidade das relações mediante as instituições internacionais.

Igualdade dos direitos humanos, ou seja, a paridade e a proibição de qualquer uso da força por parte de uma nação sobre outra.

Cooperação internacional, com base nos direitos econômicos e no desenvolvimento.

Neste contexto, o PAIGC enfrentou dificuldades relacionadas ao funcionamento do Estado, nomeadamente a situação econômica e a escassez de recursos humanos qualificados para fazer funcionar a máquina estatal e as instituições públicas.

Em 1974, sob a presidência de Luís Cabral, foi formado um executivo com 7 comissários de Estado e 8 subcomissários de Estado, liderado por Francisco Mendes, vulgo Tchico Té. (Semedo, 2011)

Diante das dificuldades encontradas, durante o acordo em Argel, as autoridades portuguesas prometeram pagar dois meses de salários para que o executivo pudesse iniciar o seu funcionamento normal. No entanto, mesmo com esse esforço, não foi

possível colmatar a situação vigente no país, uma vez que não havia técnicos nem infraestrutura administrativa suficiente para o funcionamento do executivo.

É de salientar que grande parte da sociedade, como o próprio PAIGC, pretendia uma independência total, devido à forma marginalizada como eram tratados os direitos sociais, econômicos e políticos. Assim, recusaram qualquer ajuda por parte de Portugal, à época da instalação do novo Estado.

O abandono total das forças armadas portuguesas, que então eram o instrumento mais eficaz da estrutura organizativa de Portugal na Guiné, eliminou o mais importante mecanismo para a implementação do Estado pós-colonial (Semedo, 2011, p. 70).

A atuação do PAIGC no período pós-independência da Guiné-Bissau destacou medidas como o afastamento e até fuzilamento de ex-colaboradores da administração colonial. Apesar das promessas da luta de libertação, muitos guineenses sentiram que o novo governo apenas substituiu a opressão colonial por outra, agora exercida por líderes nacionais. Além disso, houve críticas à forma seletiva de distribuição de cargos públicos, favorecendo militares do PAIGC, sem garantir plenamente os direitos e liberdades esperados.

O II congresso do PAIGC, em 1973, aprovou a primeira constituição da Guiné-Bissau, estabelecendo o PAIGC como o partido único e formando a base jurídica do novo Estado nas zonas libertadas. Reconhecendo limitações jurídicas, a constituição permitiu o uso da constituição portuguesa como referência, desde que não contraísse os princípios da nova carta magna.

Art. 1º: A legislação portuguesa em vigor à data da proclamação do Estado soberano da Guiné-Bissau mantém a sua vigência em tudo o que não for contrário à soberania nacional, à constituição da república, às leis ordinárias e aos princípios e objetivos do PAIGC (Rui Jorge Semedo, 2011, p. 75).

Os artigos 4º e 12º da constituição de 1973 reforçam a hegemonia do PAIGC como partido único e mobilizam apoio popular, associado à participação na luta pela independência, a um dever e uma honra para todos os cidadãos.

De modo geral, quase todos os movimentos de libertação na África portuguesa assumiram o poder fazendo da repressão o principal instrumento de controlo político e social. (Rui Jorge Semedo, 2011, p. 80).

O PAIGC utilizou comités de base, aliados a forças policiais militares, para exercer controle político e ideológico sobre a população, perseguindo opositores e tratando membros de outros movimentos, como a FLING, como traidores.

Atos de carácter político eram criminalizados, e os serviços de segurança do Estado possuíam poderes amplos para reprimir opositores, incluindo a execução de indivíduos classificados como traidores pelo PAIGC.

Foi então assim que, no período imediatamente à independência, o PAIGC desencadeou, em vários pontos do país, prisão e fuzilamentos de "ex-Comandos Africanos" e de outras pessoas, entre as quais, agentes da PIDE/DGS e alguns chefes tradicionais que durante o processo colonial teriam colaborado com o sistema. (Rui Jorge Semedo, 2011, p. 82).

Em 1976, em Canchungo, o PAIGC convocou a população para uma reunião, que, na verdade, era uma execução pública de lideranças locais, como Joaquim Baticã Ferreira e outros acusados. Além das mortes, os familiares foram proibidos de expressar luto e forçados a celebrar, evidenciando o clima de depressão.

A ação do PAIGC e as suas milícias recrutadas, de promover perseguições e fuzilamentos contra os comandos africanos que serviram ao exército colonial, após a independência, muitos guineenses interpretam essas ações como tentativas autoritárias de consolidar o poder, silenciando opositores e desestimulando a criação de novos movimentos políticos, como FLING.

Segundo, o PAIGC temia a situação do conflito armado semelhante ao que já decorria em Angola e Moçambique, que militarmente opunham respetivamente, o movimento para libertação de Angola (MPLA), ante a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) até a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). (Semedo, 2011, p. 85)

Por isso, o partido procurou eliminar fisicamente seus adversários políticos, que considerava uma ameaça ao poder. Essa era, para o PAIGC, a única forma de evitar um cenário semelhante ao de Angola e Moçambique. Essa metodologia foi usada, principalmente, como estratégia contra a proposta de unidade entre Guiné e Cabo Verde, para mais tarde assumir-se como único protagonista da luta e controlador do destino da Guiné-Bissau, como de fato aconteceu.

No que diz respeito aos ex-comandos africanos, embora o PAIGC os acusasse de ameaçar o poder, Portugal, no contexto das negociações em Argel, havia já desmobilizado e desarmado todos os homens que serviram no exército português, e todas as armas foram entregues ao PAIGC e guardadas pelo partido. Portanto, não havia justificativa para eliminar esses adversários, especialmente porque o compromisso firmado nos acordos de

Argel previa que essas pessoas deveriam continuar suas vidas normalmente em suas aldeias.

Há vários exemplos que ilustram essa prática. Um deles foi o I Congresso do PAIGC, realizado no auge da luta, cujo objetivo era também controlar desordens internas que poderiam desacreditar o movimento. Nesse congresso, o comando do partido decidiu aplicar a pena de morte a alguns militantes (Semedo, 2011, p. 86).

Esse episódio ficou conhecido como o maior fuzilamento ocorrido durante o processo de luta. Foi durante o julgamento dos acusados de envolvimento na morte de Amílcar Cabral, ocasião em que mais de 200 militantes foram fisicamente eliminados. Vale destacar que, sob a direção de Amílcar Cabral, os fuzilamentos eram realizados mediante decisão colegiada.

O PAIGC sempre recorreu à violência como método para resolver conflitos internos e manter a ordem no partido, sobretudo devido à instabilidade e insegurança vividas à época.

A comunhão entre os dois povos começou antes mesmo da criação do PAIGC. O processo de escravização, representado pelo tráfico negreiro que levava escravos do interior da Guiné para Cabo Verde, com destino à América, foi o primeiro passo que possibilitou essa união.

Sabe-se que até 1879, de acordo com a Carta de Lei de 18 de março, a Guiné estava, administrativamente, vinculada às orientações do administrador provincial de Cabo Verde (Semedo, 2011, p. 89).

A proposta de unidade entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, iniciada no período colonial e levada adiante pelo PAIGC, não resistiu após a independência devido a ausência de fundamentos ideológicos consistentes. Amílcar Cabral articulou a união com base em laços históricos e culturais, conduzindo uma luta conjunta que também influenciou os processos de libertação de Angola e Moçambique.

A Guiné-Bissau oferecia vantagens estratégicas à luta de libertação, como localização geopolítica favorável e uma população mais combativa. Já Cabo Verde apresentava maior homogeneidade social e melhor nível de escolaridade. Apesar do esforço da união promovido pelo PAIGC, surgiram tensões internas especialmente por parte dos guineenses que viam a união como uma nova forma de dominação cabo-verdiana. Grupos como a FLING rejeitavam essa união e criticavam a liderança de Luís Cabral por sua origem cabo-verdiana, o que aumentou a divisão dentro do movimento de libertação.

Uma das leituras que se pode fazer perante esse cenário é a ingenuidade se não despreparo da direção do partido em não conseguir garantir o equilíbrio e convergência nos Governos da Guiné e de Cabo-Verde (Semedo, 2011, p. 89)

A crise interna no PAIGC agravou-se com a aprovação da constituição de 1980, culminando no golpe de Estado que depois Luís Cabral. A identificação sobre a estrutura do estado binacional e a rejeição à união com Cabo Verde geraram instabilidade política. Além disso, a queda do preço do petróleo agravou a situação económica, levando a uma severa crise alimentar na Guiné-Bissau.

O novo projeto de constituição, analisado por diversos órgãos, foi rejeitado apenas pelo conselho nacional da Guiné, mas aprovado pela Assembleia Nacional Popular e entrou em vigor em janeiro de 198.

Uma das principais falhas que contribuíram para o golpe foi a incapacidade ou mesmo os erros do próprio PAIGC em conduzir o projeto de unidade. Análises feitas por Sambu (1998), Nobreza (2003) e Silva (2003) consideram o golpe de novembro de 1980 como um movimento anti cabo-verdiano liderado por guineenses descontentes com o regime (citado em Semedo, 2021, p. 97)

Independentemente desses fatores, pode-se destacar ainda a distribuição desigual de patentes nas Forças Armadas, as assimetrias nas constituições dos dois países e as contradições internas do partido, que nunca foram resolvidas.

As constituições da Guiné-Bissau e de Cabo Verde divergiam em três pontos principais: critério de elegibilidade para a presidência, concentração de poderes no chefe de Estado, e a legalidade da pena de morte.

Segundo Amadi Baldé, veterano da guerra colonial na Guiné, Amílcar Cabral nunca teve a intenção de assumir o poder em nenhum dos dois países. Para esses cargos, pretendia nomear Osvaldo Vieira na Guiné e Aristides Maria Pereira em Cabo Verde (citado em Semedo, 2021, p.100).

O golpe de Estado liderado por João Bernardo Vieira foi motivado por estabilidade política e descontentamento interno no partido. Apesar das mudanças prometidas, o regime manteve as práticas e a estrutura constitucional até a transição democrática de 1991. O conselho revolucionário assumiu o controle total do Estado e da legislativo por meio de decreto-lei nº 1/80.

O golpe de 1980, liderado por João Bernardo Vieira, não gerou grandes confrontos, mas resultou em grandes prisões e mortes de opositores. O CR justificou o golpe com base em execuções do regime anterior, mas não promoveu justiça pelos crimes. A rotura

entre Guiné-Bissau e Cabo Verde foi acelerada após o golpe, simbolizando o fim da unidade idealizada por Amílcar Cabral. As divisões internas, as lutas de classes e a falta de liderança coesa contribuíram para o colapso da ideal unidade entre os dois povos.

O próprio Aristides Pereira (2012), no seu livro Minha Vida, Nossa História, deixou transparecer que estava mais preocupado com Cabo Verde do que com a unidade entre Guiné e Cabo Verde (citado em Semedo, 2021, p. 108).

O colonialismo não ofereceu oportunidades iguais na Guiné e em Cabo Verde, impactando especialmente Guiné-Bissau. O Golpe de 1980 marcou o fim da unidade entre os dois países, dando início à trajetória de políticas distintas. Cabo Verde investiu em educação e desenvolvimento, enquanto a Guiné-Bissau manteve um regime militar que dificultou avanços políticos. O 14 de novembro simboliza, para a Guiné, o atraso do seu desenvolvimento nacional.

As inúmeras discrepâncias no PAIGC, marcadas por violências internas, calúnias, intrigas e ausência de tolerâncias, afetaram profundamente a vida política do partido e, consequentemente, do país, transformando-se em conflitos sociais, económicos e políticos que atingiram toda a população guineense.

Segundo Sambú (1998), Silva (2003) e N'Breza (2003) citados por Semedo, 2021, p. 114, a situação de conflito instalada no PAIGC não dizia respeito apenas ao lema "cabo-verdianos versus guineenses" ou às classes sociais, mas também a um fator persistente: o antagonismo étnico, ou seja, rivalidades étnicas que formaram alas militares dentro do PAIGC.

Após o golpe de 1980, a Guiné-Bissau enfrentou um período de forte rivalidade étnica e instabilidade interna no PAIGC, marcado por perseguições, fuzilamentos e impunidade. A política polícia, criada pelo próprio partido, promoveu repressões violentas, agravando as tensões herdadas da luta de libertação. O fracasso em promover o diálogo e a transparência política resultou na falência do processo partidário, embora o PAIGC continue sendo a única força política sem viés étnico explícito no país.

A sociedade guineense é marcada por diversidade ética e altos índices de analfabetismo. A influência étnica na política persiste, apesar da democracia. O PAIGC, com raízes na unidade nacional, evitou em parte o viés étnico, mas enfrentou problemas nas FARP, dominadas pelos balantas. Após 1980, essa etnia consolidou seu poder militar e político, gerando tensões. A insegurança do regime se refletiu em ações como a militarização do Rádio Nacional antes da abertura política.

A primeira grande cisão no conselho revolucionário ocorreu com a demissão de Victor Saúde Maria, então primeiro-ministro. A crise resultou na queda do seu governo e na exoneração de vários ministros, acusados de conspirar contra o presidente João Veira.

Antes desse acontecimento, segundo Sambú (1989:182), citado por ex-agentes dos serviços de segurança do Estado, já haviam ocorrido outros pequenos incidentes (Semedo, 2021, p. 119).

O caso de 1980 é visto como um novo episódio de disputa e desentendimento na luta pelo poder dentro do PAIGC e no país em geral, que acabou por ultrapassar a capacidade de gestão do partido. Por outro lado, pode-se dizer que essa situação foi alimentada pelo próprio presidente da República, que gozava de grande reputação entre os militares.

De acordo com Sambú (1989, p.135), a origem da discórdia entre Saúde Maria e Nino Vieira estava na decisão de extinguir o cargo de Primeiro-Ministro (Semedo, 2021, p. 120).

Victor Saúde Maria foi acusado injustamente de planear um golpe de Estado, o que levou a renunciar ao cargo de primeiro-ministro. Um inquérito posterior concluiu que tudo não passava de uma manobra política interna do PAIGC.

Acusado por Nino Vieira de liderar uma tentativa de golpe, Victor Saúde Maria pediu asilo na embaixada de Portugal, que foi cercada por ordem do regime ditatorial vigente na Guiné-Bissau.

Segundo Nobreza (2003, p.239), o impasse só foi resolvido com a mediação voluntária do cônsul honorário da Guiné-Bissau no Porto, região norte de Portugal, o senhor Manjor Valentino Loureiro, cidadão português e amigo próximo de Nino Vieira (citado em Semedo, p. 123).

Victor Saúde Maria, acusado falsamente de tentativa de golpe, buscou asilo na embaixada de Portugal enquanto a sua esposa era mantida em prisão domiciliar. Mesmo após a comissão de inquérito concluir que não houve conspiração, ele continuou a ser tratado como inimigo político. Anos depois, foi reintegrado temporariamente, mas acabou sendo afastado e fundou o PUSD. O caso exemplifica o uso de calúnias e intrigas para eliminar adversários dentro do PAIGC, motivado pelo receio de João Bernardo Vieira diante da crescente reputação de Saúde Maria.

Para consolidar seu poder, Nino Vieira utilizou respaldo legal e governou a Guiné-Bissau por seis anos sem primeiro-ministro. Com abertura democrática, nomeou Carlos Correia para conduzir o governo e organizar as primeiras eleições multipartidárias em 1994.

A crise de 17 de outubro de 1985 revelou tensões étnicas no conselho revolucionário, aprofundando o conflito entre os balantas e apoiantes do Nino Vieira. Isso resultou na marginalização dos balantas em cargos militares e influenciou negativamente o processo de abertura democrática.

Essa situação serviu de base para incendiar a liberdade de expressão conquistada com a abertura política. De acordo com Sambú (1989), citado por Rui Jorge Semedo (p. 125, 2023), essa conjuntura teve início em março de 1982, com um alegado golpe de Estado orquestrado pela Brigada Mecanizada. No dia 14 de novembro de 1982, todos os oficiais balantas foram acusados de estarem preparando uma tomada de poder étnica. Em meio a essa situação, o capitão Cobnate Ndafa foi abatido na portaria da Brigada Mecanizada, uma unidade militar do país, em uma armação para justificar a existência de uma sublevação militar. Entre os indicados, estava Paulo Correia, que ocupava o cargo de ministro das Forças Armadas (FA) e vice-presidente do Conselho de Estado, sendo sublinhado como o líder do golpe.

Sem provas de envolvimento em golpe e Estado, Paulo Correia foi exonerado do mistério das forças armadas e transferido para o cargo de ministro de Justiça e do poder local.

Após a saída de Paulo Coreia, Nino Vieira acumulou temporariamente seu cargo, até que Iafai Camará assumiu, primeiro como vice-ministro e depois como ministro das forças armadas da Guiné-Bissau.

O caso de 17 de outubro de 1985 representou um "balde de água fria" para o fervor nacionalista que norteava a luta da oposição guineense pela unidade com Cabo Verde (Semedo, 2021, p. 126).

O episódio evidenciou que os conflitos internos no PAIGC iam além da questão binacional, revelando disputas por poder entre guineenses, cabo-verdianos e minorias étnicas nas forças armadas.

O caso de 1985 expôs à comunidade nacional e internacional a repressão e as violações de direitos humanos cometidas pelo Estado diante de acusações de golpe de Estado na Guiné-Bissau.

Segundo Nobreza (2003, p.246), o número de detidos ultrapassou 70 pessoas, e as confissões de culpa, acompanhadas de gravações de áudio, incriminavam principalmente o ministro Paulo Correia como cabeça da intentona (Semedo, 2021, p. 127).

Dos doze condenados à morte em 1985, apenas seis escaparam da execução após pressão da igreja e da comunidade internacional. Mesmo assim, muitos foram presos, torturados e alguns morreram devido às condições desumanas nas prisões.

O episódio de 17 de outubro de 1985 marcou uma repressão brutal na Guiné-Bissau, com execuções e torturas de inocentes e intelectuais. Apesar de apelos internacionais, incluindo os do Papa, seis condenados foram executados. Os sobreviventes ficaram com graves sequelas físicas, reflexo da violência do regime e da atuação descontrolada da polícia política.

Diante dessa situação, Silva (2003, p.161) questiona: como é possível que uma hipotética intenção golpista tenha levado à aplicação da pena máxima ou a uma tortura desumana? (Citado em Semedo, 2021, p. 131).

É importante salientar que, no PAIGC, sempre houve calúnias e intrigas entre militantes, muitas vezes como uma forma de agradar ou se aproximar do líder. Outro fator era o medo dos militantes sem nível acadêmico de perderem seus cargos para aqueles que possuíam uma formação superior.

Os que poderiam contrariar o cenário no tribunal militar, além de sua pouca formação acadêmica, estavam mais interessados em agradar ao líder máximo. Por isso, decidiram julgá-los e condená-los à pena máxima, sem considerar a transparência dos fatos.

Segundo Sambú (1989, p.148), as gravações feitas durante os interrogatórios indicavam cortes e acréscimos, e o tom das respostas dos acusados denunciava que proviam de homens torturados.

A situação de desobediência e a falta de aceitação dos pedidos feitos por entidades nacionais e internacionais resultaram no isolamento diplomático, além de agravar a agitação social no país. Dentro do partido PAIGC, não houve qualquer reação de descontentamento ou manifestação.

No exterior, especialmente em Portugal, surgiu um grupo de opositores do regime, a RGB/MB (Semedo, 2021, p. 133).

A RGB/MB teve um papel relevante na denúncia das falhas do regime na Guiné-Bissau e nas mudanças políticas que ocorreram com o fim da Guerra Fria, que levou ao colapso dos regimes autoritários na África e na Europa de Leste.

A Guiné-Bissau viveu um período de militarismo após o golpe de Estado de 1980, com perseguições, calúnias e a eliminação física dos adversários políticos, caracterizado pela ausência de diálogo e pela personificação do líder, refletindo a incapacidade governativa do PAIGC.

Dessa forma, de acordo com o nosso ponto de vista, o Estado deve engajar-se mais profundamente e reforçar, de maneira acelerada, a coordenação de sinergias nas várias dimensões do sistema político, económico e sociocultural, com o objetivo de criar condições objetivas que garantam a fiabilidade e atratividade do investimento, tanto nacional como estrangeiro. A sua localização geográfica torna-o um país de enclave, onde as dinâmicas geopolíticas de integração económica, política e cultural são praticamente inevitáveis.

A formação de um Estado marca um ponto decisivo na organização política e social de uma comunidade, pois consolida estruturas de poder, identidade nacional e legitimidade institucional. No entanto, esse processo raramente é estático; ao contrário, ele inaugura uma dinâmica contínua de mudanças e adaptações. É justamente nesse contexto que emerge a noção de "transição", como um conceito central para compreender os momentos em que o Estado, já constituído, precisa se reinventar diante de novos desafios históricos, políticos ou sociais.

2.4.A formação da elite política na Guiné-Bissau

Para compreender a dinâmica e a política da Guiné-Bissau, é necessária uma reflexão profunda e crítica sobre as funções exercidas pelas forças do poder político do país nas táticas de formação e reprodução do Estado, considerando suas mudanças e metodologias aplicadas nas relações com o poder estatal como elite. Com isso, desperta-se o interesse dos grandes estudiosos em abordagens académicas sobre o contexto de relação, formação, rupturas e continuidade da elite política do país. As contribuições desses autores envolvem debates que ressaltam os desafios históricos, sociais e institucionais em destaque no país.

Autores como Patrick Chabal e Jean-Pascal Daloz (1999) evidenciaram a customização do poder e suas expressões coloquiais nas regras e práticas dentro de um contexto geral de africanidade, caracterizando a singularidade do contexto guineense. Na maioria dos países africanos, o Estado não é uma instituição neutra e autónoma. Ele é, antes, o instrumento por meio do qual as elites políticas obtêm acesso a recursos e mantêm o seu poder (1999, p. 4).

Analisando as afirmações dos autores mencionados, especialmente no que diz respeito ao que ocorre na Guiné-Bissau desde a conquista da independência, observa-se que o país não conseguiu, até hoje, se desvincular dessa realidade. Independentemente do

fato de ser marcado por ciclos crónicos de instabilidade política, golpes de Estado, perda de credibilidade a nível internacional e nacional, bem como a disfuncionalidade das instituições públicas, verifica-se o apoderamento do aparelho estatal com base numa trama de nepotismo. A elite política é caracterizada pela sua permanência no poder e pela governação dominada pela corrupção.

O Estado da Guiné-Bissau é regularmente comparado a um "ringue", onde atuam associações rivais que procuram, a qualquer custo, controlar os recursos estatais para fins próprios e partidários, num contexto em que um simples cartão do partido pesa mais do que um diploma académico.

As políticas das elites prejudicam os interesses públicos, afastando-se dos princípios que permitiriam a consolidação da democracia. No que se refere às relações entre o poder estatal e o tradicional, observa-se uma influência mútua que facilita a união entre elites locais e nacionais, como forma de se beneficiarem dos recursos humanos, materiais e financeiros públicos, contribuindo para a ingovernabilidade, desorganização política e decomposição do Estado, onde o favoritismo reina como forma de sustentar a rede de elites, comprometendo o desenvolvimento sustentável do país.

"Em vez de considerar o Estado e a autoridade tradicional como entidades separadas, argumentamos que elas são mutuamente constitutivas: o Estado molda a autoridade tradicional por meio do reconhecimento, e os líderes tradicionais moldam o Estado por meio da legitimidade local e práticas." (Beuner e Kyed, 2006, p. 14)

Ambas são recíprocas, pois o Estado aparece como moldador do poder tradicional por meio do reconhecimento e da colaboração para fins sociais, e como elemento representativo no plano local, com base nos princípios do poder estatal. Por sua vez, os líderes tradicionais surgem como elementos de ligação entre o poder local e o Estado, legitimando-se localmente com base em práticas e costumes, e assumindo-se como representantes do povo. O Estado nunca pode se furtar a conviver com os líderes do poder tradicional (régulos, chefes de tabanca, líderes religiosos).

Na Guiné-Bissau, a falta de comunicação, o não funcionamento institucional, a politização e as interferências obscuras nos assuntos do poder tradicional como retribuições indevidas de apoio usadas como método para sustentar bases políticas partidárias locais, bem como o desrespeito às lideranças tradicionais que não se alinham aos interesses dos governantes, geram mal-estar nas comunidades.

Entender essa atividade política é fundamental para adotar novas formas de aproximação entre ambos os poderes, respeitando a pluralidade étnica e permitindo uma heterogeneidade que sustente maior inclusão, estabilidade e justiça social.

Desse modo, o contexto do Estado da Guiné-Bissau revela a necessidade urgente de reformas políticas como forma de fortalecer as instituições públicas, promovendo a transparência e a integração de políticas que permitam romper com a rede de nepotismo mantida pela elite, viabilizando um Estado imparcial, independente e capaz de responder às exigências da sociedade.

É necessário administrar recursos com limitações nas ordens públicas, permitindo que os poderes tradicionais tenham certo reconhecimento próprio, em colaboração com a autoridade central.

De acordo com Cardoso (2002, p.78), "A elite política guineense combina a apropriação do aparelho estatal com alianças a líderes tradicionais e chefes locais, formando uma rede complexa que perpetua a instabilidade política e a reprodução das desigualdades."

Os interesses económicos são frequentemente articulados e manipulados pela elite política, que se apropria do Estado e busca colaboração com os chefes tradicionais (régulos) por meio de práticas de nepotismo.

"As autoridades tradicionais da Guiné-Bissau desempenham um papel ambíguo: são mediadoras entre o Estado e a população, mas também bases de poder político para elites locais que, por vezes, se sobrepõem ao poder estatal formal." (Pereira, 2011, p. 95)

Na Guiné-Bissau, há uma influência significativa dos atores tradicionais nas políticas partidárias e no poder estatal, tanto de forma formal quanto informal. Formalmente, as autoridades tradicionais constituem um órgão consultivo, sendo acionadas pelo governo em questões como a gestão de recursos naturais e mediação de conflitos, dada a influência que exercem sobre as comunidades locais para garantir a estabilidade política e social.

Nas eleições, os partidos políticos buscam, de qualquer forma, alianças com os chefes tradicionais, visando garantir uma base eleitoral forte em determinadas regiões. Essas estruturas políticas funcionam como mecanismos de retenção do eleitorado. Contudo, o poder estatal também interfere nas autoridades tradicionais para fins próprios, o que, por vezes, gera conflitos ou deslegitima essas autoridades. As autoridades tradicionais ainda gozam de influência política na Guiné-Bissau, tanto a nível local quanto nacional.

“A nossa luta não é apenas contra o colonialismo; é também pela integração das forças populares tradicionais que constituem a base da nossa identidade e da nossa força.” (Cabral citado em Almeida, 2005, p. 34)

A análise da sociedade guineense evidencia claramente o valor das organizações tradicionais (chefes, régulos, etc.) em relação ao poder político do país. Demonstra-se que o poder político guineense sempre surgiu e se desenvolveu com base em convenções e constantes lutas com essas estruturas, o que sustenta a permanência dos poderes tradicionais, reconhecendo-se que isso fez parte da maturidade política dessas lideranças.

Ainda segundo Barros (2010, p. 102), “A instabilidade política na Guiné-Bissau está profundamente relacionada à competição entre elites formadas em contextos estatais formais e informais, onde redes tradicionais, militares e políticas se entrelaçam para disputar o controle do poder”.

Na Guiné-Bissau, as elites políticas e militares são marcadas por fatores herdados do período histórico do país, seja no contexto social, político, de estabilidade ou de regime. Assim, a elite guineense foi moldada desde o período de luta pela independência até a transição do monopartidarismo para o multipartidarismo. As lideranças políticas tiveram, desde sempre, fontes de influência nos poderes tradicionais, o que resultou em frequentes disputas pelo poder.

Quanto aos militares, sua relação com a elite política é, por vezes, promíscua, variando entre apoio e tolerância, marcada por ciclos de conflitos, violência, golpes de Estado e assassinatos, o que levou a uma impessoalidade nas decisões políticas.

A história da formação da elite política guineense é feita de continuidades e descontinuidades, mas é marcada, sobretudo, por ruturas sucessivas, consubstanciadas em três momentos importantes. (Cardoso, 2002, p. 10)

A implementação efetiva do colonialismo, o fim da luta armada e os primeiros esforços de construção nacional, além da vaga de liberalização que teve início nos anos 1980 e culminou com a abertura ao pluralismo político.

Os historiadores consideram que, nos primeiros contatos dos europeus com a costa da Guiné, os povos nativos eram organizados em grupos étnicos fechados, cada um estabelecido em seu território e sob suas próprias organizações sociais e políticas, baseadas em uma economia de subsistência e na autonomia de cada grupo.

Cada uma delas produzia uma forma específica de organização de poder e sua estratificação social. Se excetuarmos a influência da sociedade islamizada, podemos

identificar três traços distintivos que marcavam estas sociedades de ponto de vista da sua organização política. (Cardoso, 2022, p. 11)

1. Fraca estratificação e hierarquização política;
2. Baixo nível de centralização política;
3. Fraca ou inexistente elite política consolidada.

Quanto à convivência com outras sociedades, esses grupos já mantinham relações com os fulas e os mandingas, que apresentavam características econômicas, sociais e políticas distintas.

O relacionamento entre esses povos, especialmente entre os mandingas e os fulas, contribuiu para a formação de um novo panorama político na região. Entre eles, os mandingas foram considerados os mais influentes sobre os demais, segundo muitos estudiosos, por meio do fenômeno conhecido como mandinguização, devido à influência cultural e política exercida na região de Kaabu.

Estima-se que, durante o século XVIII, existissem entre setenta e oitenta reis e chefes tradicionais (leading chiefs), que reinavam simultaneamente no que hoje corresponde ao atual território da Guiné-Bissau. No entanto, todos estavam submetidos, de alguma forma, ao reino mandinga. (Cardoso, 2002, p. 11)

O Império de Gabu, controlado pelos mandingas, conseguiu manter os limites de seus estados e a estabilidade política até o século XIX, comprovando sua capacidade organizacional e a dinâmica de suas elites governamentais. Essas elites atuavam como mediadoras entre os grupos étnicos, consolidando um sistema político próprio.

Nesse contexto, Gabu destacou-se como ponto epicêntrico tributário do Império do Mali no século XIII (por volta de 1250). O reinado de Gabu contava com uma classe política chamada "Nhanto", que incluía personalidades como Tirakhan Traoré e Mansa Sama Coli, ambas ligadas às famílias Sané e Mané, que governavam as províncias de Gabu.

Este reino conseguiu manter-se até finais do século XVIII e princípios do século XIX, altura a partir da qual se enfraqueceu devido ao conflito entre os feudos e as guerras para o controle do comércio. Aliás, a guerra de Kansala em 1867 saldou-se por uma derrota desta classe. (Cardoso, 2022, p. 11)

Com relação à permanência da elite política tradicional, verificou-se uma grande ruptura durante a implantação efetiva das estruturas do Estado moderno na colônia. O

colonialismo português acabou por gerar suas próprias elites, a partir dos chefes das pequenas unidades políticas, e posteriormente estendeu-se à elite de Nhanto de Kaabu (atual Gabu). Nunca foi observada a recuperação dessa elite tradicional dentro da estrutura do Estado moderno. Pelo contrário, a formação das estruturas pelas autoridades coloniais frequentemente resultava em confrontos militares com o poder político tradicional, impedindo a consolidação de uma "elite tradicional" e promovendo o surgimento de uma nova elite "moderna".

Pode-se dizer que a formação da elite política guineense moderna está presa a dois factos históricos importantes indissociavelmente ligados. (Cardoso, 2022, p. 12)

1. A formação de um Estado colonial português no território então denominado Guiné de Cabo Verde, a partir da segunda metade do século XIX;
2. A integração de uma certa camada da população de origem africana nas estruturas e instituições coloniais, incluindo as dinâmicas sociopolíticas.

Muito antes de 1889, as praças e prisões eram dirigidas por leis militares e governadores, considerados colaboradores do regime colonial, mas que, ainda assim, exerciam funções administrativas e autoridade policial. Em cada aldeia, os cristãos possuíam certa jurisdição, supervisionada por um negro eleito como juiz do povo, encarregado de encaminhar queixas e solicitações ao governador. Em duas cidades, Bissau e Cacheu, havia um tesoureiro e um secretário nomeados pelo conselho financeiro da província.

Do ponto de vista econômico, segundo Brooks (1987), ainda no século XVII, surgiu um grupo de euro-africanos (homens e mulheres) que se destacaram como parceiros comerciais dos europeus, alguns inclusive com certa autonomia. (Cardoso, 2002, p. 14)

No século XVII, havia mulheres altamente influentes, como Bibiana Vaz, luso-africana que impulsionou o comércio entre os rios Gâmbia e Serra Leoa nos anos de 1670 a 1680. Em 1684–1685, ela manteve o comandante de Cacheu prisioneiro por 14 meses. Outras figuras notáveis incluem Rosa de Carvalho de Alvarenga e sua mãe, Aurélia Correia. Tratava-se de um destacamento social e cultural bem instruído politicamente, composto por certas famílias como os Carvalho de Alvarenga, Vaz, Barreto, Noselines, entre outras.

Houve relatos de que chefes mandingas aumentaram taxas e impuseram restrições ao comércio, inclusive sobre o deslocamento dos luso-africanos, o que impactou negativamente a atividade comercial e contribuiu para o enfraquecimento dessa elite.

No que se refere à formação de uma elite política, não há continuidade clara entre as elites surgidas antes e durante o período colonial e aquelas do período pós-luta de libertação nacional. Durante o período colonial, houve dois momentos principais na formação da elite política:

- O primeiro, de 1889 até meados dos anos 1940;
- O segundo, a partir desse período até o fim do regime colonial. (Cardoso, 2002, p. 15)

Os períodos aqui citados não apresentam muitas diferenças. O primeiro trata de uma fase em que havia pouca implantação administrativa colonial, mas já se percebia a necessidade de envolver alguns poucos nativos instruídos. A única diferença em relação ao segundo período é que este já contava com uma implementação colonial mais consolidada, com um território autônomo.

A rutura é bastante clara: a elite surgida como resultado da luta de libertação nacional não se baseou nos moldes da elite anterior. Pelo contrário, houve um recrutamento nas camadas mais baixas da sociedade colonial, com nível educacional não superior ao 5º ano do liceu.

A formação de elites na Guiné-Bissau está ligada à influência e às políticas praticadas pelo regime colonial português. Desde o início da colonização, adotou-se um padrão baseado na apropriação de ideias, culturas e valores que permitiam a incorporação e acomodação dos povos colonizados. Esse modelo transformou-se numa realidade política que manteve vivas as tradições, bem como as organizações sociais e políticas da sociedade nativa.

A consolidação da estrutura administrativa colonial de 1920 a 1950 reforçou, assim, a proeminência política de um pequeno número de africanos relativamente privilegiados. (Cardoso, 2002, p. 16)

Isso permitiu tanto a permanência dos líderes tradicionais quanto a formação de uma nova classe intermediária (intercessora) entre o sistema colonial e as populações locais.

O objetivo era permitir uma conexão entre diferentes agentes da administração colonial e as estruturas tradicionais, o que proporcionou a um pequeno grupo de nativos certos privilégios.

A maioria desses grupos era composta por africanos cabo-verdianos, forçados a emigrar de Cabo Verde para a Guiné-Bissau, descendentes de mestiços que mais tarde se destacaram nas comunidades locais.

Em virtude desses privilégios, esses grupos obtiveram regalias como acesso à educação formal, à língua portuguesa e à cultura ocidental, o que possibilitou seu recrutamento como funcionários da administração colonial.

Segundo a concordata assinada entre a Santa Sé e o governo português, em 7 de maio de 1940, e segundo o acordo missionário, reconhecida a liberdade da Igreja, ela tomou a seu cargo subsidiada pelo Estado a formação escolar dos indígenas. (Cardoso, 2002, p. 16).

A Igreja assumiu a responsabilidade de formar os primeiros assimilados, orientando-os com base em conhecimentos científicos básicos, valores morais e normas compatíveis com os padrões do colonizador. Esse sistema progrediu especialmente nos anos 60.

Grande parte da elite guineense surgiu das chamadas "escolas de padres". Essa elite não tinha relação direta com as primeiras elites do século XIX, como as famílias Barreto, Carvalho, Alvarenga e Vaz, que possuíam pouca influência política. Com o advento dos ideais de libertação nacional, destacaram-se famílias como Cabral, Almada, Pereira, Lacerda, Barbosa, Turpim e Fontes, que passaram a dominar a vida pública da Guiné-Bissau.

Nos anos 60, com a consolidação da resistência ao colonialismo africano e as pressões internacionais, Portugal alterou sua política colonial na Guiné, integrando alguns chefes tradicionais de diversos grupos étnicos em estruturas nacionais. Essa política ganhou destaque com o governador Spínola, em 1969, sob o lema "Guiné Melhor".

Assim, constituiu-se um novo polo que mais tarde se tornaria o embrião da elite política guineense, criando uma articulação entre facções da elite tradicional e moderna (Carlos Cardoso, 2002, p. 17).

O surgimento do quadro político interno foi, portanto, condicionado pelas políticas coloniais portuguesas. Ainda nos anos 50, surgiram movimentos de contestação que deram origem a uma nova classe política. Esses grupos eram formados por jovens com baixo nível de instrução, mas que, graças ao desenvolvimento das ciências sociais, adquiriram bases teóricas em Portugal para dar início ao projeto de libertação. Os

nacionalistas ganharam experiência com indivíduos de alta formação acadêmica, também oriundos de Portugal.

A troca de experiências, aliada à maturidade política de Amílcar Cabral, que sempre valorizou a formação dos quadros, foi essencial para o sucesso da luta. O núcleo que dirigiu a luta pela independência acabou se tornando a única força dirigente após eclipsar os outros movimentos da época, o PAIGC.

Após a independência, o poder político foi ocupado maioritariamente por indivíduos oriundos de camadas mais baixas (lúmpen-proletariado e camponeses), muitos dos quais não tiveram acesso à educação colonial. Essa realidade gerou um conflito com aqueles que possuíam algum nível acadêmico e experiência administrativa, pois estavam mais preparados para governar o Estado.

Assim, a pirâmide social foi invertida, e os menos preparados ascenderam rapidamente, ocupando o topo da estrutura social.

Diante das ruturas observadas, verifica-se que a formação da elite política guineense permaneceu jovem e instável na fase pós-colonial. A atividade política foi encarada de forma muito diferente pelas iniciativas dos próprios colonizados, já que Portugal nunca demonstrou interesse em formar uma elite política local.

Não é por acaso que em França, por exemplo, já se fala da V república, enquanto na Guiné-Bissau se assinala o momento político em análise como integrada primeira república. (Cardoso, 2002, p. 18)

A classe intelectual saída das “matas”, como consequência da luta armada, não conseguiu superar os desafios do pós-independência. A falta de liderança e de quadros técnicos dificultou o funcionamento da máquina administrativa. Os líderes passaram a viver em luxo, abandonando os ideais de Amílcar Cabral. O partido desviou-se das suas ideologias e do programa político original.

A elite política do partido transformou-se em um círculo de intrigas e calúnias, apropriando-se dos meios de produção do Estado para fins próprios. Por não conseguirem se superar nos anos 70, passaram a proteger os veteranos da luta armada, afirmando suas legitimidades históricas.

Os que controlam o Estado, aqueles cujos interesses são servidos primariamente pelo Estado, constituem a classe dirigente. Através do Estado, controlarão o acesso aos instrumentos de produção, e ainda através do Estado, controlarão a distribuição dos produtos daqueles instrumentos de modo a segurar para si próprios a parte privilegiada. (Cardoso, 2002, p. 20)

Após a independência, o PAIGC buscou consolidar o poder da elite, o que se intensificou com o golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, resultando na elitização da classe política até 1991.

A atual elite política sofre de duas heranças negativas: a repressão colonial, que impediu a formação de uma política autóctone, e o Estado pós-colonial, cuja política repressiva de partido único bloqueou o surgimento de uma classe política independente (Cardoso, 2002, p. 20). Todos esses fatores impediram o desenvolvimento de uma sociedade civil autônoma e a formação de uma classe política independente do partido no poder até os anos 80 e 90.

2.5.Surgimento da elite guineense

Durante o processo de colonização, a criação do PAIGC representou apenas a continuidade de um processo iniciado durante o período colonial, com o objetivo de facilitar a dominação sobre a população explorada.

O PAIGC surgiu de um pequeno grupo de servidores, entre cabo-verdianos e seus descendentes, que, por conta de suas oportunidades como possuir formação média ou superior, convívio próximo com o colonizador e atuação como servidores públicos de influência social conseguiram formar a liderança revolucionária. Exemplo disso são nomes como Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Inácio Júlio Semedo, Fernando e Elise Turpin.

É de realçar o grau de influência que essa elite exercia junto à metrópole, onde gozava de certo estatuto de "português de segunda categoria". Essa possibilidade de aproximação às autoridades e de aceitação social foi exatamente o recurso utilizado por Amílcar Cabral e seus camaradas.

De acordo com Mosca (1992), em qualquer sociedade seja de caráter político, econômico ou religioso, o controle de seu funcionamento permanece nas mãos de uma minoria organizada, que domina a tomada de decisões (citado por Rui Jorge Semedo, 2011, p. 78)

Essa minoria se impõe por meio de qualidades normalmente valorizadas pelas massas, como a educação, a disposição social, a tradição familiar e os hábitos das classes dominantes. Foi nessa ótica que Amílcar Cabral conseguiu liderar a revolução.

Com base nesses pormenores, ou seja, particularidades, esse grupo, chamado por Amílcar Cabral de pequena burguesia, desempenhou um papel fundamental na luta de

libertação da Guiné-Bissau, contribuindo para a transformação político-social do país. Cresceram, conseguiram aceder ao poder, e eram formados por ex-assimilados, camponeses, operários urbanos e desempregados, que substituíram automaticamente a liderança portuguesa na gestão da política.

2.6.A contribuição da nova elite no período pós-independência

Segundo Augel (1996, p. 139), embora um dos propósitos da luta de libertação fosse garantir igualdade de direitos a todos os cidadãos como acesso aos serviços de educação, saúde, justiça e lazer, a ação do Estado guineense, após a independência, resultou mais em privilégios concedidos à elite emergente do que na realização dos objetivos pelos quais se lutou (citado em Semedo, 2011, p. 79).

A incompatibilidade de ideias dentro do PAIGC dividido entre guineenses e cabo-verdianos levou, nos primeiros momentos, a constantes contradições e à frustração ideológica no seio do partido.

Essas circunstâncias condicionaram a capacidade de liderança dos dirigentes que sucederam Amílcar Cabral, os quais perderam o controle e equilíbrio de interesses dentro do partido, além de demonstrar práticas de favoritismo entre os seus militantes.

Por fim, pode-se afirmar que a formação da elite na Guiné-Bissau foi um processo político-colonial, sobretudo após a independência. Financiamentos e investimentos internacionais ao PAIGC não foram bem geridos por sua liderança, o que gerou um sistema de corrupção e formou uma elite irresponsável, comprometendo o desenvolvimento público.

Ainda segundo Augel (1999, p. 151), o Estado não pode, a longo prazo, excluir as massas, como aconteceu na Guiné-Bissau. Esta exclusão favorece a acumulação de problemas que resultam em revoltas sociais e conflitos armados como os que ainda ocorrem atualmente (citado em Semedo, p. 79).

Com esta reflecção concluímos que a formação de elite na Guiné-Bissau e a sua trajetória até ao período de transição política de monopartidarismo para multipartidarismo foi marcada por roturas e renovações, nunca mudaram dos comportamentos negativos, o que se refletiu muito nas suas práticas políticas partidárias agarradas sempre na cultura de corrupção, falta da cultura política o que é grande obstáculo para a consolidação da democracia na Guiné-Bissau.

A formação da elite política na Guiné-Bissau revela um percurso marcado por complexas dinâmicas de continuidade e ruptura, desde o período colonial até a consolidação das estruturas do Estado pós-independência. A análise desse processo, conforme ilustrado por autores como Amílcar Cabral e Carlos Cardoso, evidencia o papel estratégico desempenhado por uma fração da pequena burguesia nacionalista, que liderou as transformações sociopolíticas decisivas no país. Compreender essa trajetória é essencial para captar os contornos do processo de transição política que levou ao pluralismo partidário, pois permite identificar os agentes sociais e históricos que moldaram o espaço político guineense. No entanto, para uma compreensão mais ampla dessas transformações, é imprescindível considerar também os fatores externos, especialmente o contexto da Guerra Fria, cujas dinâmicas geopolíticas influenciaram profundamente as estratégias coloniais portuguesas e os movimentos de libertação africanos, incluindo o caso específico da Guiné-Bissau.

O crescimento da classe empresarial reclamando um novo nicho na sociedade, o descontentamento popular e o despertar de uma nova consciência cívica e democrática reduziram as bases do sistema "bonapartista presidencial" e impulsionaram a liberalização económica, social e política. (Carlos Cardoso, 2002, P. 21)

O Estado deixou de ser o principal estabilizador e controlador da economia, perdendo também o monopólio na seleção da elite burocrática.

Surgiu uma nova classe de empresários, cuja sustentabilidade econômica dependia de empréstimos da comunidade internacional, mesmo sem bases sólidas.

Sob pressão externa, o país introduziu medidas de controle e contenção de gastos públicos. Os mecanismos da economia estatal foram nacionalizados como casas comerciais e empresas industriais para sustentar a base econômica da elite burocrática.

A nova classe empresarial começou a controlar parte da produção moderna, os financiamentos e passou a ocupar o topo da pirâmide econômica (Carlos Cardoso, 2002, p. 22).

As empresas nacionalizadas transformaram-se em espaços políticos, fortalecendo a elite burocrática, num processo sustentado pelo partido e pelo Estado. A liberalização na Guiné-Bissau foi acompanhada pela substituição do setor estatal pelo privado, com exigências do Banco Mundial e do FMI. Os "novos-ricos" ganharam destaque como agentes decisores e influentes, consolidando a nova classe empresarial e o surgimento de uma burguesia nacional, composta por intelectuais e técnicos de diversas camadas sociais.

Contudo, não houve uma separação clara entre a elite burocrática e a nova burguesia. A dependência do Estado persistiu, e alguns membros da burocracia passaram a atuar no setor empresarial, desorganizando esse novo campo por ausência de uma legislação específica.

Ao mesmo tempo, houve um despertar da sociedade civil, que passou a exigir boa governança, controle e prestação de contas. A pressão levou alguns gestores públicos a migrar para o setor privado. As classes desfavorecidas, especialmente os assalariados urbanos, sentiram-se injustiçadas com as reformas liberais implementadas entre os anos 80 e 90. A crise de gestão pública e econômica levou parceiros internacionais França, Inglaterra, EUA e Banco Mundial a pressionarem por reformas políticas.

Essa fragilidade permitiu o reaparecimento do espaço político, possibilitando o surgimento de novos atores sociais. Após a independência, uma nova classe voltada à vida empresarial emergiu, conquistando espaço na sociedade graças ao seu peso econômico.

Com a formalização do sistema político em 1991 e as mudanças no cenário internacional, iniciou-se um processo de afirmação de novos grupos sociais e políticos antes invisibilizados. Nesse novo contexto, os militares passaram a desempenhar papel mais ativo e visível, muitas vezes de maneira dramática, chamando a atenção para sua presença (Carlos Cardoso, 2002, p. 24).

2.7.A guerra fria

Os fatores externos incluem, entre outros, a Guerra Fria e as suas consequências. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o governo português aproveitou-se do contexto da Guerra Fria para estabelecer alianças com países ocidentais, procurando salvaguardar os seus interesses enquanto regime autoritário.

Segundo Leopoldo Amado, (2012), a luta do povo português contra o fascismo e os irreversíveis movimentos dos povos africanos rumo à independência acabaram por influenciar o governo português, levando-o a formular, nos anos 1950, a teoria da "pátria multirracial".

Para o Estado Novo e seus dirigentes, as colónias possuíam dois objetivos econômicos principais: fornecer matérias-primas baratas e consumir produtos portugueses, como tecidos e vinhos. Esses objetivos econômicos foram definidos com vistas ao domínio e exploração das colónias africanas. Posteriormente, buscou-se manter o domínio colonial apesar de grandes dificuldades.

Nos anos de 1961 às vésperas das guerras coloniais que resultariam na independência de vários países africanos o discurso ideológico deu lugar a ações repressivas severas contra os movimentos de libertação nas colónias.

O período pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado pela constituição da comunidade internacional, caracterizada pela exclusão de movimentos de povos emancipados, apesar da aspiração consubstanciada nos pactos internacionais que defendiam o direito dos povos à autodeterminação, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

Diante dessa conjuntura, o Estado Novo tentou resistir às pressões internacionais pela descolonização, persistindo na manutenção das suas colónias, enfrentando os “ventos de mudança” ao desenvolver guerras em três países diferentes: Angola, Guiné-Bissau e Moçambique um contexto que marcou profundamente a história do povo português e dos povos colonizados.

Porém, a resistência do regime português foi confrontada pelas lutas de libertação nesses territórios, lideradas por movimentos nacionalistas. O processo de independência não foi pacífico, legitimando o recurso à luta armada como último recurso, fruto de uma organização que conduziu essa forma de resistência.

A guerra violenta pela independência da Guiné-Bissau foi influenciada por diversos fatores internos e externos. No plano externo, destacou-se o apoio da União Soviética, do mundo ocidental e de outras correntes internacionais que manifestavam apoio ao PAIGC, reconhecendo a legitimidade da sua luta e condenando a atuação do regime colonial português. O direito à autodeterminação dos povos foi amplamente defendido como princípio do direito internacional.

O caso da guerra colonial na Guiné-Bissau é parte incontornável da sua história e, quer se queira, quer não, teve papel determinante na criação de um Estado independente e no reconhecimento do seu direito internacional. Esta guerra foi igualmente um fator relevante no processo de descolonização em Angola e Moçambique, colónias que, embora com particularidades próprias, compartilharam o mesmo destino.

A luta armada na Guiné-Bissau acabou por catalisar o processo que culminou na Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974, abrindo caminho à independência de outras ex-colónias portuguesas em África. (LEOPOLDO AMADO, 2012, p. 118)

A Guerra Fria é a expressão utilizada para designar a oposição entre o mundo comunista e o mundo capitalista, iniciada após a Segunda Guerra Mundial. Essa oposição não levou a combates diretos de larga escala por isso o termo “fria”, em contraposição a uma guerra “quente”.

A expressão “Guerra Fria” foi usada já na década de 1930 para descrever os métodos da Alemanha nazista de conquistar territórios quase sem luta. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, escritores e líderes políticos passaram a usar o termo no sentido atual. O jornalista norte-americano Herbert Bayard Swope cunhou a expressão, atribuída ao estadista Bernard M. Baruch, que a utilizou em um discurso em abril de 1946. Em 1947, foi publicado o livro *A Guerra Fria*, do jornalista Walter Lippmann.

Durante a Segunda Guerra Mundial, comunistas e países ocidentais foram aliados contra o Eixo Alemanha, Itália e Japão. Apesar da vitória, os Aliados (Reino Unido, França, China e União Soviética) sofreram perdas terríveis. Já os Estados Unidos emergiram como a maior potência global. Em 1947, os EUA passaram a perceber a expansão comunista como uma ameaça. O temor de infiltração comunista nos próprios EUA alarmou muitos cidadãos.

Formaram-se dois grandes blocos: o bloco capitalista liderado pelos EUA (que incluía Canadá, França, Reino Unido, Alemanha Ocidental, Japão, Filipinas e outros países europeus e latino-americanos), e o bloco comunista liderado pela União Soviética (incluindo a China comunista após 1949 e os países da Europa Oriental). O primeiro era

chamado de "Ocidente" ou "mundo livre", enquanto o segundo era o "Leste". Países neutros ou não alinhados incluíam Itália, Suécia, Suíça, Indonésia, Camboja e a maioria dos países africanos.

No final dos anos 1940 e durante a década de 1950, a Guerra Fria intensificou-se. Cada lado acusava o outro de tentar dominar o mundo, reforçando seus efetivos militares e ideológicos, encarando a disputa como uma batalha entre o certo e o errado. Qualquer incidente internacional era interpretado como parte da Guerra Fria, o que dificultava resoluções pacíficas e aumentava o temor de uma Terceira Guerra Mundial.

Do ponto de vista geopolítico, ao fim da Segunda Guerra Mundial, os movimentos revolucionários anticoloniais e os novos Estados do chamado Terceiro Mundo passaram a ser integrados nos conflitos e ideologias da Guerra Fria (WESTAD, 2008, p. 74, citado por SIDNEI J. MUNHOZ, p. 30, 2018).

As superpotências desenvolveram planos para influenciar o Terceiro Mundo, principalmente devido aos interesses econômicos, militares e estratégicos, o que agravou as tensões. A Guerra Fria passou a mudar nos anos 1960, com a divisão interna nos próprios blocos: a China comunista desafiou a liderança soviética, acusando a URSS de traição ao comunismo e de se aliar secretamente aos EUA. Vários países tomaram lados diferentes.

Mesmo no Ocidente, surgiram críticas internas. A França, por exemplo, contestou a hegemonia dos EUA e buscou maior autonomia na Europa. A Alemanha Ocidental também atuou de forma independente.

O crescimento econômico de Japão e Alemanha Ocidental, e a ascensão da China, modificaram o equilíbrio de poder. Em 1970, a Alemanha Ocidental e a URSS assinaram um tratado de paz. Em 1971, a China ingressou na ONU. Durante essa década, os EUA firmaram acordos com China e URSS, incluindo tratados de limitação de armas nucleares. Alguns historiadores consideram que esses acontecimentos marcaram o fim da Guerra Fria; outros defendem que ela persistiria enquanto houvesse antagonismo entre regimes comunistas e capitalistas.

Além disso, a crise dos impérios coloniais britânico e francês permitiu a expansão da presença dos EUA na África e na Ásia (SIDNEI J. MUNHOZ, 2018). Nestas regiões, as lutas anticoloniais evidenciaram o crescimento da influência soviética, inclusive com o fortalecimento de partidos comunistas na França e na Itália.

Após tentativas fracassadas de negociação com o regime colonial, o PAIGC iniciou a luta armada em 1963, abrindo frente no sul, norte e leste do país. Embora justificada

pior seu carácter revolucionário, a guerra de 11 anos deixou marcas profundas na sociedade guineense, normalizado o uso da força como meio de resolução de disputas políticas um legado que ainda influencia as relações sociais atuais.

Segundo Amílcar Cabral, tratou-se de uma guerra dirigida não contra o povo português (citado por Leopoldo Amado, 2012, p. 118)

A luta armada na Guiné-Bissau envolveu todas as etnias e classes sociais guineenses, embora de forma desigual. Este processo histórico de libertação nacional é marcado por contradições não totalmente resolvidas entre os guineenses desde o período pré-colonial, passando pela luta armada e prolongando-se no pós-independência.

Com efeito, o poder que assumiu o país após a independência não conseguiu adaptar as estruturas do Estado colonial ao ideário da libertação. O PAIGC agravou a centralização do poder, e o Estado deixou de funcionar como um agente de coesão e regulação dos interesses sociais, tornando-se um obstáculo à evolução e à pluralização do espaço público.

O PAIGC sempre se posicionou como um partido único, revolucionário, anticapitalista e autocrático, baseado em ideias que nortearam a luta de libertação. Durante esse processo, recebeu apoio de países comunistas, incluindo ajuda militar, bolsas de estudo e cooperação técnica em diversas áreas.

O pós-independência da Guiné-Bissau foi marcado por crises internas não resolvidas no PAIGC, culminando no golpe de 14 novembro de 1980, liderado por Nino Vieira. A instabilidade política e econômica, o fracasso do modelo marxista e exigência de organismos internacionais. A adoção do programa de ajustamento estrutural e a queda do socialismo impulsionaram a abertura política, embora o partido estivesse preparado para essas mudanças. Internamente, houve resistência, insatisfação popular e rupturas dentro do próprio PAIGC.

Entre 27 de agosto e 1º de setembro de 1990, realizou-se a terceira reunião ordinária do Comitê Central do PAIGC, órgão máximo entre os congressos. Nessa reunião, foram apresentados três documentos fundamentais da transição: o anteprojeto da plataforma programática da transição e os anteprojetos relativos ao programa e aos estatutos do partido (Leopoldo Amado, p. 126, 2012).

O anteprojeto da plataforma programática da transição política na Guiné-Bissau foi definido como documento orientador no quadro da revisão constitucional, prevendo: separação de poderes, sufrágio universal direto, sistema de governo presidencial,

liberdade de formação de partidos, liberdade de imprensa e sindical, e calendário de transição política.

O segundo congresso extraordinário do PAIGC, em 1991, marcou um passo importante rumo à democratização da Guiné-Bissau, com o discurso sobre a despartidarização das forças armadas e a transição do presidencialismo. A queda do socialismo no Leste europeu e a pressão internacional impulsionaram a adesão a ideologias liberais em diversos países africanos.

Na guiné Bissau, a transição democrática foi condicionada por fatores externos e internos, incluindo a crise de Estado pós-colonial, refletida no golpe de 1980. Divergências internas, disputas entre guineense cabo-verdianos e pressões por reformas marcaram o processo.

Ainda segundo Carlos Cardoso: "A diminuição do poder de compra e a consequente deterioração das condições de vida dos funcionários públicos conduziu, a partir de 1991, a uma série de greves. Primeiro, foram os professores que tiveram a coragem de reivindicar melhores salários e a melhoria das suas condições de trabalho. Mais tarde, foi a vez do pessoal da saúde e das Forças Armadas ameaçarem recorrer a essa forma de reivindicação. Mas o mais sério e prolongado conflito laboral que se conheceu no país, após a conquista da independência, foi, sem dúvida, o que opôs o governo à conquista dos trabalhadores da Câmara Municipal de Bissau (CMB) (CARDOSO, 1996, p. 22)."

Em consequência dessa turbulência social, que afetou diversos setores sociais, políticos e econômicos, não restava outra saída senão acelerar a efetivação do processo de transição.

O impacto da Guerra Fria nas ex-colónias africanas, como a Guiné-Bissau, foi profundo e multifacetado. O regime português, aliado ao bloco ocidental, utilizou o contexto geopolítico global para reforçar sua posição autoritária e preservar os seus interesses coloniais, disfarçados sob discursos como o da “pátria multirracial”. Ainda assim, a conjuntura internacional, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, gerou pressões crescentes pela autodeterminação dos povos, embora, na prática, os movimentos de libertação continuassem marginalizados no novo arranjo da ordem mundial. A intensificação das repressões em 1961 revelou o desespero colonial diante do avanço dessas lutas. Nesse cenário, a transição para a democracia nos países africanos pós-coloniais não foi um processo espontâneo ou exclusivamente interno, mas frequentemente moldado por dinâmicas externas. Com a queda do Muro de Berlim e o fim da bipolaridade ideológica, o modelo liberal-democrático passou a ser promovido e,

por vezes, imposto pelas potências ocidentais e suas instituições financeiras. É nesse quadro global e sob essas pressões que se insere a discussão sobre os antecedentes da transição democrática na Guiné-Bissau, conforme narrado por testemunhas e protagonistas do período.

2.8.O programa de ajustamento estrutural

Desde a independência política em 1974, a Guiné-Bissau seguiu um modelo socialista, inspirado pelo PAIGC, partido libertador que emergiu da luta contra o colonialismo português.

Essa inspiração socialista era motivada principalmente pelo apoio recebido de países de regimes socialistas, liderados pela União Soviética, durante e após a luta de libertação nacional.

A implementação do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) na Guiné-Bissau, a partir de 1987, representou uma viragem significativa na orientação política e económica do país, marcada pelo abandono gradual dos ideais socialistas que inspiraram a luta de libertação nacional. Impulsionadas por pressões externas e pela busca de soluções para o colapso económico, as reformas liberais introduzidas não apenas falharam em estabilizar a economia como também agravaram desigualdades e fragilidades institucionais. Esse novo modelo, centrado na liberalização económica, aprofundou tensões internas no seio do PAIGC, ao dividir o partido entre defensores de um liberalismo adaptado frequentemente associado à corrupção e à desgovernação e os que permaneciam fiéis aos princípios fundacionais de justiça social e soberania popular. Assim, as crises internas do PAIGC, como a tentativa de golpe de 1986 e o golpe de 1980, refletem não apenas lutas pelo poder, mas também o conflito ideológico entre modelos de desenvolvimento e de governança que marcaram profundamente o rumo político da Guiné-Bissau.

O Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), iniciado em 1987, marcou a introdução de políticas de desenvolvimento liberal por parte do governo, ainda que timidamente. Com isso, começaram a ser abandonados os objetivos programáticos que nortearam a luta pela independência e os primeiros anos de construção nacional. (Johannes Augel E Carlos Cardoso, pág. 262, 29/03/2019)

O programa de estabilização económica e financeira, visto como a solução para tirar a Guiné-Bissau do caos económico, fracassou ao não produzir os efeitos esperados. A primeira fase previa a superação dos obstáculos estruturais ao crescimento económico, o que não se concretizou.

As esperanças depositadas no programa resultaram apenas em isenções, liberalização de preços no mercado e desvalorização da moeda local, sem que houvesse controle sobre as transações comerciais fora do alcance do governo.

Em maio de 1987, foi firmado o primeiro crédito de ajustamento estrutural com o Banco Mundial e, em outubro do mesmo ano, uma facilidade de ajustamento estrutural com o Fundo Monetário Internacional. (Johannes Augel E Carlos Cardoso, 2019, p. 262,)

A partir de então, o programa desenrolou-se de forma caótica e desalinhada em diversos setores produtivos. A agricultura e a pecuária, por exemplo, inicialmente reagiram positivamente às medidas de liberalização e às políticas financeiras, mas acabaram por se desviar dos objetivos estabelecidos, provocando uma inflação elevada.

Em diversos países africanos, o programa de ajustamento econômico gerou melhorias nos indicadores macroeconômicos, mas teve efeitos sociais adversos, sobretudo entre os grupos mais pobres e vulneráveis.

No Senegal, onde o programa foi implementado desde os anos 1980, as consequências sociais foram bastante negativas: o acesso à alimentação e aos serviços básicos como saúde, educação, água potável e habitação foi comprometido para os mais pobres.

Segundo Duruflé G. (1998), citado por António Isac Monteiro: Na Costa do Marfim, entre 1980 e 1985, sob as políticas de ajustamento, as finanças públicas passaram de um déficit de 200 bilhões de FCFA para um superávit de 367 bilhões. Apesar disso, do ponto de vista social, havia poucos motivos para comemoração.

Segundo Seshanami V. (1995), citado por António Isac Monteiro: Na Guiné-Bissau, o projeto tinha como objetivo realizar estudos setoriais nas áreas sociais e econômicas, de modo a compreender suas dinâmicas internas, relacioná-las com o contexto do ajustamento estrutural, e analisar os impactos das reformas econômicas em cada setor. (António Isac Monteiro, 1996, p. 14)

A Guiné-Bissau enfrentou uma grave crise econômica a partir da década de 1980, o que levou à implementação de um programa de Ajustamento Estrutural com apoio de FMI e do Banco Mundial. Apesar das reformas propostas, os resultados foram negativos: Ausência de estabilidade econômica, aumento da corrupção, privatizações ineficazes, desorganização administrativa e agravamento das desigualdades sociais. O fracasso do programa gerou convulsões sociais, greve e perda de controle político, aprofundado a instabilidade do país.

À semelhança do que aconteceu noutros países, é sobre tudo neste domínio que o PAE apresenta mais problemas. No domínio social, o programa tem contribuído essencialmente para aumentar as desigualdades sociais que já existiam antes de

implementação, mas que se agravaram e se consolidaram com as medidas de liberalização. (Johannes Augel e Carlos Cardoso, 1996, P. 21)

A problemática da pobreza agravou-se, afetando profundamente a dimensão moral e espiritual da vida dos cidadãos. Apesar de alguns ajustes salariais, houve uma queda significativa no poder de compra. Isso provocou desequilíbrios profundos nas estruturas familiares. Alguns beneficiaram-se com o programa, mas a solidariedade familiar passou a manifestar-se, sobretudo, no âmbito das estratégias de sobrevivência e reprodução do próprio grupo familiar.

As famílias mais pobres foram diretamente prejudicadas, o que exigiu maiores sacrifícios, especialmente das mulheres. Diferentes membros da família tiveram de se adaptar, com mais esforço e luta pela sobrevivência. Algumas mulheres buscaram alternativas de sustento, recorrendo a relacionamentos com “compadres”, o que fez aumentar significativamente o número de membros nas famílias, deixando rastros negativos: aumento do número de casamentos, divórcios, poligamia e perda de controlo sobre os filhos.

E isso naturalmente não deixou de provocar certos conflitos a nível do campo, nomeadamente no que diz respeito ao acesso à terra e particularmente à terra mais fértil (Johannes Augel e Carlos Cardoso, 1996, P. 21)

Surgiu o termo "casa dois", referindo-se a mulheres que aceitavam esse tipo de arranjo como forma de sobreviver. Para alguns homens, tornou-se prática manter duas ou três mulheres sob o mesmo teto. A poligamia acabou transformando-se numa forma de prostituição velada, com mulheres divididas entre casas, sustentadas por vários parceiros, devido à insuficiência dos rendimentos masculinos.

Esse modelo teve como consequência direta a degradação dos valores familiares, principalmente entre os adolescentes. Os pais passaram a visitar os filhos esporadicamente, perdendo sua autoridade, reputação e papel de orientadores. As crianças, sem acompanhamento, passaram a viver nas ruas, escapando ao controlo familiar, o que resultou em delinquência juvenil, agressividade e abandono. O Estado não apresentou políticas eficazes para combater essa situação, delegando a responsabilidade a instituições internacionais, como a UNICEF.

Os créditos bancários e outros facilidades burocráticas permitiram um enriquecimento rápida desta classe, enriquecimento que se pode considerar fictício na medida em que não se baseia numa riqueza duradora, isto é, que seja consequência de uma reprodução alargada do capital. (Johannes Augel e Carlos Cardoso, 1996, P. 21)

Em resumo, os programas de ajustamento estrutural falharam em alcançar as famílias carenciadas, contribuindo para a degradação dos valores sociais.

A crise económica teve um impacto profundamente negativo sobre a família, instituição tradicionalmente responsável pela preservação dos valores morais. A autoridade do chefe de família foi colocada em causa. Antes, essa autoridade era exercida pelo pai e sustentada pela obediência e respeito a valores partilhados por toda a comunidade. Hoje, a educação tornou-se individualizada, inspirada no modelo europeu, entrando em contradição com os valores tradicionais africanos.

As crianças passaram a conquistar rapidamente uma autonomia económica, em detrimento das relações familiares. A solidariedade entre membros da família foi transformada, especialmente entre os que vivem no interior e os que estão nas cidades. As relações passaram a ter um cunho mais comercial do que solidário.

No que diz respeito à dimensão educativa e moral, o inquérito realizado (Monteiro, 1996, p. 231) revelou que 76% dos entrevistados, independentemente do nível cultural ou rendimento, acreditam que a educação dos filhos deve ser responsabilidade da família, particularmente dos pais. Os maiores problemas citados foram o vício do dinheiro e a corrupção, fatores que afetam negativamente a família e a sociedade.

Esse enfraquecimento da função educativa da família é, sem dúvida, um dos aspectos centrais da crise social. Nas cidades, a rotina diária afasta os membros da família: o pai trabalha no setor público, a mãe labuta no mercado, e os filhos estão na escola ou vendendo. O tempo para o convívio familiar é escasso, refletindo uma vida laboral dura.

A família, enquanto instituição, foi profundamente afetada tanto morfologicamente quanto funcionalmente pelo programa de ajustamento estrutural aplicado desde 1987 na Guiné-Bissau. As atividades informais, a imigração e até práticas desonestas como a corrupção tornaram-se estratégias de sobrevivência, com o aparecimento de "novos-ricos" e "novos-pobres". A condição de rico ou pobre deixou de depender de emprego ou escolaridade, mas passou a depender da capacidade de explorar as regras do mercado.

As mudanças de mentalidade geraram conflitos intergeracionais e transformações nos valores sociais. As crises permanentes e a dívida externa alcançaram proporções enormes. O programa foi implementado para manter temporariamente um nível de vida superior ao que a produção nacional permitia, obrigando os governos a recorrer ao aumento das exportações e à contenção das despesas internas.

A primeira estratégia do ajustamento foi limitar os gastos internos. No entanto, a aplicação do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) apresentou vários problemas,

principalmente no domínio social, onde reforçou as desigualdades. As medidas de liberalização econômica favoreceram uma elite que se transformou em agricultores privados ou “ponteiros”.

Com os primeiros créditos concedidos por doadores (Banco Mundial e FMI), a classe dirigente, por estar no poder, beneficiou-se diretamente. Isso gerou ressentimento na pequena burguesia, que viu sua posição ameaçada pelas medidas burocráticas do pós-independência, como as nacionalizações. Houve disputas por terras férteis e perda de poder social.

O rápido enriquecimento dessa nova elite, baseado em créditos bancários mal geridos e políticas de apadrinhamento, não foi sustentável. Muitos nunca haviam atuado na agricultura e não conseguiram manter as atividades nem devolver os empréstimos. A distribuição dos créditos não se baseava na real capacidade de produção, mas sim em critérios de clientelismo.

Os operários e assalariados foram os mais prejudicados, com a perda do poder de compra e o aumento da inflação. Entre 1987 e maio de 1992, a inflação atingiu cerca de 76% em doze meses, contra 30% no mesmo período do ano anterior (cf. entrevista com Issufo Sanhá). Em 1991, os funcionários públicos iniciaram greves sucessivas, destacando-se os docentes, que exigiam melhores salários e condições de trabalho. Em seguida, vieram os profissionais da saúde e das forças armadas.

A greve mais prolongada foi a dos funcionários da Câmara Municipal de Bissau, em dezembro de 1992, marcando a quarta paralisação em dois meses. Reivindicavam salários mais justos e a demissão do secretário e do tesoureiro, resultando na criação de uma comissão de controlo das receitas. Em agosto e setembro, registaram-se paralisações em vários setores. No dia 17 de setembro, os funcionários da Câmara de Bissau não compareceram ao trabalho. O presidente da comissão sindical, Albino Ferreira, afirmou que a paralisação era reflexo do "silêncio total da direção da Câmara" perante as constantes reivindicações.

A direção respondeu com demissões em massa, alegando que as reivindicações tinham caráter político e eram hostis ao regime. A paz social foi severamente ameaçada. Nos bairros, proliferaram a delinquência, o alcoolismo e a prostituição. Os assaltos à mão armada aumentaram, e a vida perdeu seu sentido para muitos jovens. As famílias perderam o controlo e a dignidade, e cada membro passou a viver por si, numa lógica de sobrevivência individual.

Os dirigentes políticos já não conseguiam controlar a situação, que se agravava com as tensões sociais. Essa convulsão explica-se, sobretudo, pelas mudanças de mentalidade associadas à crise económico-financeira e à má gestão dos bens públicos.

3.1 O Impacto Político.

O Programa de Ajustamento Estrutural condicionou uma expansão da vida política, tanto para a nova e pequena burguesia quanto para a camada mais desfavorecida, especialmente aqueles que sofreram com as medidas impostas. A pequena burguesia e os novos-ricos procuravam consolidar e afirmar seu espaço político, enquanto os desfavorecidos clamavam por seus direitos: saúde, trabalho, salário digno e uma vida decente.

Por um lado, notava-se um funcionamento intenso do programa, dado que o sistema de economia planificada adotado pelo governo à época em que todas as atividades econômicas eram centralmente planejadas e os meios de produção pertenciam ao Estado mostrava-se desgastado, tornando urgente a realização de reformas econômicas e políticas.

O partido no poder, o PAIGC, decidiu, no IVº Congresso realizado de 15 a 16 de novembro de 1986, iniciar mudanças nas estruturas socioeconômicas e políticas do país. Inicialmente, esse reconhecimento foi formal e hesitante, mas aos poucos transformou-se numa necessidade que nem o governo nem o partido conseguiram conter.

Em termos formais, essa mudança foi expressa nos discursos do Presidente do Conselho de Estado e Secretário-Geral do PAIGC, e mais tarde se concretizou em leis e reformas institucionais adotadas a partir de 1990. (Carlos Cardoso, p. 226)

Com a implementação do programa, a mudança de mentalidade da sociedade, as divergências internas no partido, e as reformas políticas ocorridas na Europa de Leste, consolidou-se o caminho para a transição democrática.

2.8.1.1. A Oposição Guineense

As origens da atual oposição ao regime do PAIGC não se restringem ao período da liberalização. Elas remontam aos primeiros anos após a independência. Podemos dizer que ela foi sendo construída “pedra por pedra”, à medida que os próprios regimes do

PAIGC iam acumulando condições propícias ao seu surgimento. Pela forma como emergiu, distinguem-se dois tipos de oposição. (Carlos Cardoso, 1996, p. 270)

O primeiro tipo apresenta um carácter mais histórico, por ter surgido ao longo da trajetória política do país e por sua exterioridade em relação ao próprio PAIGC e às estruturas de poder. O segundo tipo tem constituição mais recente e é interno ao próprio aparelho do PAIGC e ao Estado.

Devido à intensa luta contra o colonialismo, o PAIGC conquistou uma legitimidade histórica, reconhecida tanto a nível nacional quanto internacional, pela sua dinâmica e pela liderança esclarecida de Amílcar Cabral, junto aos seus companheiros de luta. Pela forma de organização e condução da luta, e pelo tipo de vida nas zonas libertadas, o PAIGC surgiu como um partido-Estado. Controlava diversas instituições políticas, sociais, administrativas, educacionais, de saúde e produção.

Durante a governação do PAIGC, erros sucessíveis minaram suas bases históricas, incluindo perseguições a autoridades tradicionais, centralização autoritária e pressão política. A má gestão, violação dos direitos humanos e incapacidade de promover justiça geraram descontentamento, fomentando a oposição e surgimento de novos partidos. A partir dos anos 1980, cem forças como o PRD, PCD, FDS, RGB-MB e outros, formados parecem camadas sociais diversas, como a pequena burguesia urbana, assalariados empobrecidos e intelectuais com diferentes orientações ideológicas, que passaram a representar novas alternativas políticas na Guiné-Bissau.

Mesmo em termos de descontentamentos isolados se pode de uma origem histórica mais remota, como descreve mais acima, em termos organizativos, e sobretudo da constituição de partidos, ela data dos anos 90. (Johannes Augel e Carlos Cardoso, 1996, P. 36/37

A oposição política na Guiné-Bissau é considerada jovem, com maioria dos partidos surgindo nos anos 1990, executando-se a FLING e o Movimento Bafatá. A abertura multipartidária só foi possível após 1991, com o fim das restrições constitucionais. A falta da experiência democrática e de enraizamento social, especialmente entre partidos fundados no exílio, prejudicou sua consolidação. Os partidos com atuação rural tiveram mais êxito organizativo. Em geral, a oposição é marcada pela indefinição ideológica e pela fragmentação.

Diferente de Cabo Verde (onde a oposição se uniu em torno do MPD) e de São Tomé e Príncipe (com o Partido de Convergência Democrática), a oposição guineense mostrou-

se profundamente fragmentada durante todo o processo de transição. (Carlos Cardoso, 1995, p. 274)

A oposição guineense, surgida maioritariamente nos anos 1990, por rivalidades, divisões internas e falta de liderança unificada. A tentativa de coligação entre partidos fracassou e mesmo com 54% dos votos válidos, a oposição teve fraco desempenho eleitoral. As eleições de 1994 trouxeram surpresas, com João Bernardo Vieira forçado a disputar o segundo turno contra o Kumba Yalá que mobilizou o eleitorado com discurso populista. Questionou-se a existência de voto étnico, não se pode afirmar tribalismo político como a regra. A fragmentação da oposição fortaleceu o PAIGC.

De toda forma, a tendência de votos étnicos não deve merecer tanta preocupação, seja dos políticos ou não, que, no nosso entender, é insignificante (Silva, 2010**).**

2.8.1.2. Surgimento da RGB/MB

Criada em Portugal em 1987, a RGB/MB foi uma reação ao golpe de 1985 na Guiné-Bissau. A organização refletia o descontentamento com a repressão no país. Paralelamente, o Programa de Ajustamento Estrutural influenciou abertura política, condicionando a liberalização a certos fatores.

Primeiro, quando a pequena burguesia consolidava os novos-ricos como resultado do programa.

Segundo, a camada desfavorecida, no sentido de oportunidades ou efeitos do programa de ajustamento estrutural, procurava espaço para a atuação política como um campo de refúgio. Para essa camada, verifica-se a expressão das duas camadas na política.

Após dois anos de atuação do P.A.E. (programa de ajustamento estrutural), a própria classe política reconheceu algumas incompatibilidades, ou seja, o não alinhamento das reformas econômicas e financeiras com as ideologias políticas vividas pelo único partido no poder, o P.A.I.G.C. Assim, a única saída foi que houvesse reformas políticas que pudessem resolver a situação econômica. Como resultado do partido acima citado, nos dias 15 e 16 de novembro de 1986, decidiu-se fazer alterações nas estruturas econômicas do país e assumir essas reformas no plano político. No entanto, essas reformas foram vistas apenas nos discursos do presidente do Conselho de Estado e secretário-geral do P.A.I.G.C. e, mais tarde, transformaram-se em lei em 1991.

Em resumo, é bom reforçar que as reformas políticas verificadas na Guiné-Bissau nas décadas de 1986 a 1993 se justificam por dois fatores: os fatores internos e os fatores

externos. Os fatores internos resultaram do programa de ajustamento estrutural, das divergências de opinião e das mudanças de mentalidades verificadas no seio do P.A.I.G.C.

Os fatores externos foram as mudanças sociais, ou seja, a crise do socialismo na Europa de Leste. Exemplo: a Rússia, como principal aliado do P.A.I.G.C. durante a luta de libertação nacional. Todos esses fatores, sob a forma direta ou indireta, condicionaram a virada dos acontecimentos nas reformas políticas da Guiné-Bissau.

As crises internas do PAIGC, particularmente marcadas por episódios como o golpe de 1980, a tentativa de golpe em 1986 e a divisão gerada pela "Carta dos 121", revelam não apenas disputas pelo poder, mas também um profundo conflito ideológico sobre os rumos do país. As tensões entre conservadores, reformistas e liberais expressavam visões distintas de governança, legitimidade e desenvolvimento, refletindo a crescente pressão por mudanças diante da ineficácia do modelo vigente. O partido, outrora unificado em torno dos ideais da luta de libertação, encontrava-se fragmentado, exposto a contradições internas e à crescente perda de legitimidade social e internacional. Esse cenário de instabilidade política e questionamento interno abriu caminho para um novo momento na trajetória do país: o das reformas político-jurídicas. Essas reformas, ocorridas entre 1986 e 1993, surgiram como resposta às crises acumuladas, refletindo os "ventos de mudança" que sopravam não apenas de fora, mas também do interior das estruturas partidárias e estatais da Guiné-Bissau.

2.8.1.3. As reformas políticas

As reformas políticas começaram a manifestar sinais de mudança. Um dos marcos foi a criação, em junho de 1988, de uma Comissão Alargada de Reflexão, decidida numa reunião do Comitê Central do PAIGC. Essa comissão envolveu dirigentes partidários e quadros técnicos, alguns ainda ligados ao partido.

Quanto ao multipartidarismo, a maioria dos dirigentes do PAIGC considerava a ideia um risco, especialmente no contexto africano, onde, segundo eles, as estruturas sociais e políticas diferem profundamente das europeias, o que poderia fomentar tribalismo, guerras civis e revoltas étnicas. As opiniões divergiam: alguns apoiavam a democratização, enquanto outros temiam perder o poder.

De uma maneira mais ampla e profunda, era necessário analisar a situação nacional não apenas partidária, mas também estatal, o papel do partido em relação aos órgãos do

Estado, e saber em que medida, nas condições atuais que vivíamos, e com as transformações, era preciso adaptar medidas complementares de transformação nas estruturas do partido. (Carlos Cardoso, 2002, p. 266)

O PAIGC procurava manter-se como força dirigente da sociedade. Admitir o multipartidarismo ou mexer no sistema vigente representava uma ameaça direta à sua liderança em vários setores.

A proposta de que a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau (UNTG) elegesse livremente seus representantes provocou revolta entre dirigentes do partido.

Após 18 anos de domínio, em 9 de maio de 1991, foi revogado o artigo 4º da Constituição que reconhecia apenas o PAIGC como partido legítimo para exercer o poder pelos parlamentares da 4ª legislatura da Assembleia Nacional Popular. (Rui Jorge Semedo e Paulina Mendes, 2021, p. 12)

As divergências ideológicas dentro do PAIGC cresceram e consolidaram-se ao longo do processo de transição democrática. Durante o II Congresso Extraordinário do partido, sob o lema "Renovação da Unidade Nacional e Aprofundamento da Democracia", realizado entre 20 de janeiro e 1º de fevereiro de 1991, foram tomadas medidas que impulsionaram a multipartidarização, como a recomendação da revisão constitucional, eliminando o artigo IV; a despartidarização das Forças Armadas; e a desvinculação da central sindical UNTG do partido.

Apesar disso, a sociedade civil e as novas forças políticas enfrentavam um processo lento e burocrático. A revisão pontual da Constituição aprovada em maio de 1991 eliminou o artigo IV e introduziu a lei-quadro dos partidos, mas não assegurou sua aplicação prática. Criou-se um vazio institucional que atrasou a transição e agravou as tensões. (Carlos Cardoso, 1996)

Apesar dos discursos do Presidente da Assembleia Nacional defenderem abertura democrática e liberdade, na prática, o relacionamento entre o PAIGC e as novas forças políticas era marcado por desconfiança.

A criação da Comissão Multipartidária de Transição Democrática, em agosto de 1992, foi anunciada pelo Presidente do Conselho de Estado e do PAIGC, embora os trabalhos da comissão tivessem iniciado dois meses antes. As divergências dentro do partido e com a oposição dificultaram a fixação da data das eleições e a definição de instrumentos legais. Essa burocracia levou a vários adiamentos das eleições.

O PAIGC vivia uma crise interna profunda, resultado de má gestão acumulada ao longo do tempo, confrontando-se agora com uma nova realidade política e social. O

partido buscava ganhar tempo para reorganizar suas estruturas e prolongar o processo, adotando todo o tipo de manobra política.

A primeira grande crise do partido ocorreu em outubro de 1986, com uma alegada tentativa de golpe de Estado. Altos dirigentes e militantes foram condenados à morte, incluindo Paulo Correia, então primeiro vice-presidente do Conselho de Estado, e Viriato Pam. (Cardoso, p. 269, 1996)

Essa crise refletiu disputas internas entre defensores de um liberalismo restrito marcado por corrupção, nepotismo, desgovernação e desarticulação institucional e os conservadores que defendiam os princípios da luta de libertação, centrados na justiça social e desenvolvimento independente.

Outro marco foi o golpe de 17 de outubro de 1980, que causou uma ruptura no seio do partido e perda de legitimidade junto à sociedade e à comunidade internacional. A UNTG, unida ao PAIGC desde 1963, iniciou sua despartidarização.

A popularidade crescente de Paulo Correia, mais do que uma suposta pelo poder, escondia uma contradição latente entre os que eram a favor de um liberalismo selvagem, com todas as vicissitudes a ele inerentes (corrupção, nepotismo, desarticulação institucional, etc.) e os que difundiam a conservação dos princípios que norteiam a luta pela independência a realização da justiça social e a elevação do nível de vida das camadas mais desfavorecidas (Johannes Augel E Carlos Cardoso, 1996, P. 29)

A segunda grande crise foi desencadeada com a assinatura da "Carta dos 121", que dividiu o partido entre reformistas e conservadores. Antes mesmo do II Congresso Extraordinário, formaram-se três grupos: os conservadores, os reformistas e os liberais.

Liberais: defendiam uma abertura democrática sob a estrutura do partido, com reformas internas e substituição das principais figuras, visando um modelo mais democrático e eficiente.

Reformistas: desejavam ir além, com alternância de poder e democracia ao estilo ocidental, preservando conquistas da independência. Essa corrente era composta por jovens tecnocratas e nova classe empresarial.

Conservadores: rejeitavam qualquer abertura, considerando-a uma ameaça à legitimidade da luta de libertação e aos antigos combatentes. Eram movidos por ideias de radicalismo negativo e oposição à mudança.

4. Dimensão político-jurídica

4.8. As reformas políticas ocorridas na Guiné-Bissau nos anos de 1986 a 1993

Após tratar dos fatores que inverteram os acontecimentos na Guiné-Bissau, as reformas políticas não poderiam deixar de acontecer como resultado das tempestades, ou seja, "ventos de mudança". Com isso, as primeiras medidas formais foram a criação da Comissão Alargada de Reflexão, oriunda de uma reunião de base alargada, realizada pelo Comitê Central do partido único no poder, em junho de 1988.

A reunião foi caracterizada como de base alargada, porque a comissão envolvia não só os dirigentes do P.A.I.G.C., mas também quadros técnicos, que, embora alguns estivessem pouco ligados ao partido no poder, possuíam a confiança do mesmo. É de salientar que, nesta reunião, as opiniões controversas eram sublinhadas por duas correntes: conservadores e reformistas.

A opinião de abrir as portas para a participação de outras pessoas, não tão ligadas ao partido, foi defendida pela corrente reformista. Para eles, era necessário aprofundar essas reflexões, tendo em conta a complexidade do assunto a tratar. Acima de tudo, a questão nacional deveria ser analisada com atenção, de forma ampla e profunda, sem exceções. Já para os conservadores ou ortodoxos, era a oportunidade de continuar a fazer do partido a única força motriz e legítima para dirigir a sociedade.

Tudo isso porque já existia uma reflexão interna ao nível do partido. A comissão designada "Comissão Ideológica", diante do trabalho realizado, tinha como objetivo reforçar a consistência do partido e garantir que o P.A.I.G.C. resistisse à situação de mudança, continuando a ser o único partido legítimo.

Tratava-se segundo então secretário permanente do comité central do partido e segundo vice-presidente do conselho de “Estado de uma maneira mais ampla, de uma maneira mais profunda, analisar a situação nacional, não só partidária, mas também estatal: atividades dos diferentes órgãos do Estado e do partido, o papel do partido em relação aos órgãos do Estado; e saber em que medidas, nas condições atuais que estamos a viver, e com as transformações, apercebemos de facto, que se haviam também que adotar medidas completamente de transformação nas estruturas do partido” (cf. Vasco Cabral em entrevista concedida à TVE-GB, publicado no jornal Nô pintcha de maio de 1989) (Johannes Augel e Carlos Cardoso P, 26 1996)

O objetivo da Comissão Ideológica criada dentro do partido foi afetar a nova comissão criada, designada Comissão Alargada de Reflexão. Assim, surgiram divergências sobre os objetivos específicos da reunião. Os conservadores tinham como objetivo que o P.A.I.G.C. continuasse a gozar do estatuto que lhe dava o direito de continuar a ser a força motriz das transformações e "força política dirigente da sociedade". Eles já tinham uma concepção clara do que queriam, baseada na própria iniciativa e vontade, livremente, no momento em que desejassem. Sentiam essas ameaças como uma perda de legitimidade e da confiança de libertação nacional.

Já para os reformistas dentro do P.A.I.G.C., a ideia de uma mudança verdadeira no sentido positivo era bem-vinda, tanto dentro do partido quanto na Constituição da República. As ideias eram partilhadas em consonância com o que foi discutido na comissão alargada de reflexão, especialmente no que se refere ao multipartidarismo.

Para os reformistas, era determinante levar as reformas até as últimas consequências. Não bastava apenas fazer reformas ao nível do partido, mas sim introduzir novas formas de vida na sociedade e novas relações entre a sociedade e as instituições públicas, principalmente as liberdades dos cidadãos. Cada vez mais, agravava-se a crise interna no partido, com as rivalidades internas entre militantes e as divergências nas concepções ideológicas entre as duas correntes principais. Com o tempo, a ideia de multipartidarismo sempre foi sustentada.

Foi possível conviver com as divergências ideológicas até a realização do II Congresso Extraordinário do P.A.I.G.C., intitulado "Renovação, Unidade Nacional e Aprofundamento da Democracia", realizado entre 20 de janeiro de 1990 e 1º de fevereiro de 1991.

Neste congresso, o P.A.I.G.C. decidiu pela abertura ao multipartidarismo. Após essa decisão, foram acompanhadas algumas medidas importantes. Entre elas, a aprovação da plataforma programática de transição, que recomendou a eliminação do quarto artigo (4) da Constituição da República da Guiné-Bissau, e a aprovação da despartidarização da U.N.T.G. e das forças armadas. Apesar de terem aceitado esses pormenores, ainda havia divergências ideológicas entre as duas correntes sobre as medidas de reforma em curso, bem como os efeitos das reformas. Essas reformas não foram verificadas de imediato; tudo continuava como antes.

No contexto de uma nova oportunidade, uma reunião do Comitê Central do partido único foi realizada em junho de 1991. Os inconformados com a situação que não mudava, apesar das medidas tomadas, que na prática continuavam sem resultados, apresentaram a

carta dos renovadores, conhecida como o grupo dos cento e vinte e um (121). Este grupo tinha como pontos de reivindicação junto aos conservadores do partido:

A democratização interna do partido e o diálogo com as outras formações políticas que acabavam de emergir.

A definição de linhas claras para restaurar a confiança dos militantes e simpatizantes. Neste caso, quando falo dos renovadores, refiro-me àqueles que, dentro do partido, apoiavam uma verdadeira mudança no P.A.I.G.C. e não queriam permanecer de forma parcial em relação ao contexto africano e mundial, especialmente no que diz respeito às mudanças e mutações sociais.

O objetivo claro dos renovadores era a implementação de uma reforma interna no partido do P.A.I.G.C., em função das reformas políticas ocorridas em 5 de maio de 1991, segundo Carlos Cardoso.

Houve uma revisão na Constituição da República, na Assembleia Nacional Popular, na qual o quarto artigo (4), que dava ao P.A.I.G.C. o status de "força política dirigente da sociedade", foi substituído pela Lei-Quadro dos Partidos Políticos, o que significou a exclusão do quarto artigo da nossa constituição.

Consideramos a aprovação da Lei-Quadro como um mal menor, pois ela deveria ter sido acompanhada de pacotes de leis que pudessem logo entrar em vigor ou seguir em frente no processo. Infelizmente, isso não ocorreu, e ficou uma lacuna legislativa por um tempo.

Embora as declarações e discursos políticos fossem bonitos, pomposos e pintados com promessas de um futuro idealizado, que jamais haviam se concretizado, apontamos o multipartidarismo como uma das formas mais avançadas de democracia. Ele garante uma vida social organizada, coletiva e eficiente, assentada nos princípios de valorização das liberdades individuais, igualdade e solidariedade, além de contribuir para a consolidação dos direitos humanos e a construção de um mundo melhor.

Segundo Fafali Koudawou, a transição democrática foi caracterizada por três momentos:

O período de 1990/1991, considerado como de pré-abertura; em 5 de maio de 1991, com a abolição do Art. 4º da Constituição de 1984, marcando a primeira fase da abertura; A partir de agosto de 1992, com a criação da Comissão Multipartidária da Transição (CMT).

A grande abertura culminou com a criação da Comissão Nacional de Eleições em janeiro de 1993, conforme a visão de Luís Barbosa Rodrigues sobre "a Transição Constitucional Guineense" (RODRIGUES, 1995, p. 69-71).

As primeiras condições públicas para adequar as mutações econômicas e mudanças estruturais na forma e no sistema de governo surgiram em 1989. Durante um discurso numa das sessões parlamentares da Assembleia Nacional Popular, o presidente João Bernardo Vieira (Nino) se referiu, pela primeira vez, à necessidade de edificação de um Estado de Direito na Guiné-Bissau.

Esse Estado de Direito significava não apenas que os cidadãos e os poderes públicos estivessem sujeitos à Constituição, mas que a ordenação jurídica fosse realizada de forma que garantisse a plena dignidade da pessoa e a liberdade para que ela pudesse desenvolver sua personalidade.

Dessa forma, a questão democrática se tornou uma questão central dentro do partido P.A.I.G.C. Mais tarde, o vice-presidente do Conselho de Estado, em uma entrevista televisiva estatal, Vasco Cabral, defendeu que o multipartidarismo apresentava certos perigos e riscos, especialmente em África, não apenas pela questão do "tribalismo", mas também pelas situações que poderiam levar a uma guerra civil.

"Assim, há que manter, na presente etapa, o partido único como força política dirigente", justificando que apenas o aprofundamento das condições permitiria que o partido continuasse a ser o motor da mudança (48).

Em resposta inequívoca, Nino Vieira declarou em entrevista ao mesmo jornal: "Nós não somos contra o multipartidarismo, porque temos a certeza de que, pelo que o P.A.I.G.C. fez, o povo guineense não pode ser ingrato."

Essas manifestações públicas indicavam as fortes divergências internas no partido sobre a implementação do sistema multipartidário.

Entre 27 de agosto e 1º de setembro de 1990, teve lugar a terceira reunião ordinária do Comitê Central, órgão máximo do partido entre os congressos. Nino Vieira levantou duas questões cruciais como Secretário-geral do partido: "Será que o sistema que tivemos até agora, o partido único, é melhor? Se não, qual sistema devemos adotar?" Ele mesmo começou a dar respostas, afirmando que "os homens são diferentes, pensam de maneiras diferentes, têm opiniões diferentes, e, portanto, essas opiniões devem também ser expressas nas nossas organizações políticas". Além disso, defendeu que "a democracia tem de ser pluralista (...), não concebemos a democracia sem pluralidade de opinião."

Concluiu que o sistema pluripartidário "constitui a forma mais acabada, ou melhor, mais avançada de prática democrática e condição essencial para o desenvolvimento". A partir desse momento, afirmou que "é preciso lutar democraticamente através do voto", deixando aos cidadãos a decisão de dizer se querem ou não o P.A.I.G.C. Esse foi o fundamento para a apresentação dos três principais documentos para a transição: o anteprojeto da plataforma programática da transição, e os anteprojetos relativos ao programa e ao estatuto do P.A.I.G.C., todos elaborados por uma comissão alargada de reflexão.

Os documentos em análise, segundo Luís Barbosa Rodrigues (p. 73), traduziam o espírito de Nino Vieira e dos seus dois conselheiros, Manuel dos Santos e Filinto de Barros. O anteprojeto da plataforma programática de transição previa, entre outras coisas, a futura revisão constitucional, opções para a forma de governo, baseada na separação de poderes, sufrágio universal, sistema presidencialista e a futura criação de liberdades de formação política, de imprensa e sindical. Também foi apresentado um calendário que delimitava o período de transição a um máximo de dois anos, contando a partir de janeiro de 1991.

Em relação ao anteprojeto do programa e estatuto do partido, dois objetivos foram destacados: por um lado, a modificação necessária, em virtude da emergência de um quadro multipartidário, em seu modo de relacionamento com as bases. Por outro lado, a aprovação integral das propostas apresentadas na intervenção do Secretário-geral do partido, através dos três anteprojetos mencionados.

Assim, ficou estabelecida a condição para o agendamento do II Congresso Extraordinário, que organizou seminários em setembro e outubro com temas baseados nos anteprojetos, com o objetivo de divulgar, discutir e aprovar, no II Congresso Extraordinário, a ser realizado em janeiro de 1991.

O lema do II Congresso Extraordinário do P.A.I.G.C. era "Renovação, Unidade Nacional e Aprofundamento da Democracia", sendo antecedido por debates e entrevistas com os órgãos de comunicação social. Entre os seminários, destaca-se a conferência nacional dos quadros, dirigida por Vasco Cabral e encerrada pelo Primeiro-ministro Carlos Correia. Foi nesse contexto que surgiu a necessidade de melhorar ou editar o texto da plataforma, abordando questões como a despartidarização das forças de defesa e segurança e a opção entre presidencialismo e semipresidencialismo, com tudo ainda aberto para o Congresso.

Conforme o relatório do Congresso, o Secretário-geral do partido (Nino) afirmou que "o país poderá precisar de um presidente acima dos partidos, capaz de reunir consenso, desempenhando o papel de garante do respeito pelas regras do jogo democrático", justificando que o regime semipresidencialista seria mais adequado ao novo momento a ser vivido. Baseado nas teses apresentadas, a proposta foi aprovada em sua maioria, legitimando-se como influência no Comitê Central.

Outro ponto importante foi a adoção do voto secreto no Congresso, que substituiu a prática anterior de voto aberto. Essa mudança decorreu das divergências políticas entre as conceções partidárias ortodoxas e reformistas.

Em 30 de junho do mesmo ano, um grupo de militantes ligados aos reformistas enviou uma carta ao Secretário-geral do partido, a qual ficou conhecida como a carta dos 121, em razão do número de subscritores. Nela, reclamavam sobre as insuficientes mudanças deliberadas no Congresso e propunham o adiamento do V Congresso Ordinário, agendado para dezembro, para dar tempo ao grupo de preparar melhor os documentos a serem debatidos. A carta foi recebida pelo órgão do partido, mas não teve seguimento, já que o grupo estava envolvido em outros fatores legais e legislativos.

De 29 de abril a 8 de maio de 1991, teve lugar a I Reunião Extraordinária da IV Legislatura da Assembleia Nacional Popular, onde foi aprovada a Lei Constitucional nº 1/91 (63), correspondente à primeira revisão da Constituição de 1984. As revisões no partido representaram uma mudança interna que antecedeu a revisão constitucional, visando cumprir as recomendações do II Congresso Extraordinário do P.A.I.G.C. Essa decisão foi corajosa e oportuna, marcando o início da abertura democrática.

O partido tentou abandonar a conceção de ser a força dirigente, dando liberdade para a formação de partidos políticos (Art. 4º), despartidarizando as F.A.R.P. (Forças Armadas e de Segurança) (Art. 20º), e permitindo que os membros dessas forças que também eram deputados continuassem no cargo até as eleições legislativas (Art. 103º). Também foram garantidas liberdades de imprensa, com o fim do monopólio existente e a criação de um Conselho Nacional de Comunicação Social (Art. 44º), além do reconhecimento da liberdade e da independência sindical (Art. 36º), o direito de greve e a proibição do lock-out (Art. 37º). De modo geral, esse processo visava adotar uma nova democracia constitucional, em substituição à democracia revolucionária.

Ainda em 1991, nos dias 3 e 4 de dezembro, ocorreu a 4ª Sessão Extraordinária da IV Legislatura da Assembleia Nacional Popular, onde foi aprovada a Lei nº 2/91 (64º), dando continuidade à revisão da Constituição de 1984, e marcando o caminho para a

separação entre o Estado e o partido, evitando assim a concentração de poderes. Como resultado, os membros do Bureau Político foram excluídos da participação nas reuniões da Assembleia Nacional Popular (Art. 59º), e o juramento de posse do presidente do Conselho de Estado, que antes exigia total fidelidade aos objetivos do P.A.I.G.C. (Art. 66º), foi eliminado.

Foi criado o cargo de Primeiro-Ministro, que passou a ser nomeado livremente pelo Presidente do Conselho de Estado, embora continuasse sendo o chefe do governo (Art. 70º). Além disso, foi aprovada a Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 2/91, de 9 de maio), estabelecendo que a formação de partidos políticos não necessitava mais de autorização prévia, bastando o registo no Supremo Tribunal de Justiça (Art. 8º, nº 1), e fixando em 2.000 o número mínimo de militantes exigido para a formação de um partido (Art. 4º).

Assim, fica vedada a existência de partidos regionais, locais ou tribais (art. 5º). O que é exigido é que a organização interna dos partidos seja em termos democráticos (art. 6º), restrita aos cidadãos guineenses de origem, que têm acesso aos órgãos de direção (art. 8º, nº 2).

Quanto à questão do número de militantes inscritos, foi reduzido para o número mínimo de mil (1.000) inscritos.

Foi feita uma mini-revisão da constituição sobre alguns pontos: a admissão de manifestações sob condições do direito à reunião, ajuntamentos políticos, que já existiam.

Mas a maior vitória foi a abolição da pena de morte e a queda do famigerado 4º artigo da constituição, que erigia o P.A.I.G.C. como único partido, "luz e guia do nosso povo". Esta revisão possibilitou a movimentação de outros políticos que, a nível da posição, participavam nos atos da revisão e forçavam a perda desse propósito. Foi um ato suplementar.

A organização do poder político passou a ser baseada no princípio de separação e interdependência dos órgãos de soberania, que, por vezes, integram a família da democracia representativa: o Presidente da República, o Parlamento (Assembleia Nacional Popular), o Governo e os tribunais.

O Presidente da República é a chave do sistema de governo, sendo definido como "Chefe de Estado, símbolo da unidade, garante da independência nacional e da constituição, comandante supremo das forças armadas" (art. 62º). Ele é eleito por sufrágio universal direto e maioria absoluta, para um mandato de 5 anos (arts. 63º a 66º), devendo comprovar sua cidadania guineense de origem (art. 63º, nº 2). Suas atribuições são amplas (arts. 68º a 70º), dispondo de poderes institucionais de direção política e de controle.

Trata-se de competência quanto aos outros órgãos e para a prática de atos próprios, como posse, exoneração e dissolução da Assembleia Nacional Popular, Governo, autoridades judiciais, militares e embaixadores.

Na verdade, considerando o alcance dessas revisões, justifica-se a referência a uma nova constituição material, sem ruptura.

A Assembleia Nacional Popular (A.N.P.) define-se como o órgão supremo legislativo e de fiscalização política, representativo de todos os cidadãos guineenses (art. 76º). Os deputados são eleitos por sufrágio direto, ainda por representação proporcional, para mandato de 4 anos. O Parlamento, ou seja, a A.N.P., dispõe de poderes legislativos e de fiscalização de todas as ações políticas (arts. 85º a 87º), reunindo-se em sessão ordinária quatro vezes por ano (art. 89º).

O Governo é o órgão permanente de condução política e coordenador da administração pública (art. 96º), constituído pelo Primeiro-Ministro, Ministros e Secretários de Estado. O Governo é chefiado pelo Primeiro-Ministro, nomeado pelo Presidente da República, a quem propõe os demais ministérios (arts. 97º e 98º). O Governo responde à A.N.P. e ao Presidente da República (art. 103º).

Quanto ao Poder Judiciário (arts. 119º a 125º), a função jurisdicional compete ao Supremo Tribunal de Justiça (com juízes designados pelos superiores da magistratura) e aos demais tribunais instituídos por lei.

Embora não tão desejáveis quanto o esperado, houve avanços. Desde logo, na A.N.P., centro da democracia, surgiram novas caras, novos partidos e, logo, mais de um partido. Os debates políticos assumiram um carácter ideológico novo no quadro político da Guiné-Bissau e na sub-região. Passaram a ser confrontações ideológicas positivas e benéficas, e não mais rosários de louvores ao presidente e aos dignitários do regime, ou pedidos incessantes ao ministro e ao presidente da República para "olharem para o nosso setor", para "o caminho que nos leve a fontes particulares ou ruas de divertimentos". Apontavam-se ideias e caminhos para a democracia, para organizar o Estado e o país, e combater a corrupção. Surgiu, no seio da A.N.P., um departamento dedicado à questão da corrupção (veja o nome próprio na A.N.P.).

A nível de outras instâncias administrativas do país, começaram a aparecer pessoas e figuras que eram, afinal, todos do P.A.I.G.C., com o aparecimento de autores políticos que denunciavam as prisões arbitrárias e os abusos.

Em dezembro de 1991, os três primeiros partidos políticos de oposição foram legalizados, entre os quais a Frente Democrática (F.D.), dirigida por Aristides Menezes;

o Movimento de Bafatá (RGB), a Resistência da Guiné-Bissau, agrupamento originalmente composto por um grupo exilado em Portugal, liderado por Domingos Gomes; e a Frente Democrática Social (FDS), dirigida por Rafael Gomes Barbosa, ex-militante do P.A.I.G.C., preso pela PIDE portuguesa e, mais tarde, pelo próprio P.A.I.G.C.

É bom ressaltar que o P.A.I.G.C. já gozava de um estatuto especial como partido libertador.

Em janeiro do ano seguinte (1992), surgiu o Partido de Convergência Democrática (PCD), composto por tecnocratas e empresários, dirigido por Victor Mandinga; o Partido Unido Social Democrata (PUSD), chefiado por ex-primeiro-ministro de Nino Vieira, descendente da FDS, Victor Saúde Maria.

Em maio do mesmo ano (1992), foi criado no Senegal, em 1964, coordenado por François Mendy.

Em agosto de 1992, surgiu o Movimento da Unidade para a Democracia (MUD), liderado por Filinto Vaz, ex-ministro de Luís Cabral, e o Partido Democrático do Progresso, dirigido pelo advogado Amine Saad.

Mais tarde, surgiram os seguintes partidos: O Partido da Renovação Social, liderado por Koumba Yala, ex-militante do P.A.I.G.C., e também descendente da FDS; o Partido de Renovação e Desenvolvimento (PRD), de João da Costa, também ex-P.A.I.G.C.; a Liga Guineense de Proteção Ecológica, de Bubacar Djalo, reconhecido por muitos líderes muçulmanos; e, por último, em 1994, surgiu o Partido Fórum Cívico Guineense (FCG), orientado pela jurista Antonieta Rosa Gomes, formada por muitos estudantes guineenses no Brasil.

Por fim, percebe-se que a maioria dos partidos políticos guineenses resultaram do P.A.I.G.C., seja no discurso de transição ou anteriormente a ela, como no caso do FLING.

Em resumo, nota-se que todos os partidos políticos, mesmo os considerados pequenos, são verdadeiros partidos políticos, pois apresentam um mínimo de programa e visões estratégicas. Nota-se também grande indeterminação ideológica, sendo o fator pessoal um aspeto comum, tanto em seus princípios quanto no seu funcionamento.

Devido à não apresentação de contas atempadamente aos doadores, à má gestão e à falta de planejamento, o plano de seguimento das medidas traçadas para a aplicação do programa e a falta de responsabilização condicionaram os doadores ao cancelamento da terceira parte do financiamento, entre 1991 e fevereiro de 1993. Através de promessas de colaboração, houve o desbloqueio da terceira parte em junho do mesmo ano (1993).

A condição econômica verificada no país é resultado de má administração, ou seja, de uma desgovernação total, passando a ser somada por crises sucessivas, sejam políticas, econômicas ou sociais, revelando uma incapacidade de gestão dos bens públicos.

A Guiné-Bissau adotou o multipartidarismo sob pressão de instituições como FMI e o Banco Mundial, em meio à crise econômica que se agravou com o fim do apoio dos países socialistas. Embora houvesse potencial para o desenvolvimento autossustentável via sector agrícola, as tentativas de reorganização econômica nos anos 1980 fracassaram.

Os parceiros, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, queixavam-se do descumprimento dos acordos com o governo da Guiné-Bissau e da não implementação de medidas adequadas para a melhoria das cobranças, a venda dos pescados, a implementação de reformas nas empresas públicas e a privatização de algumas delas. O Estado se endividou muito rapidamente em relação aos seus principais parceiros de desenvolvimento, e os "novos-ricos" contraíram dívidas supostamente para investir no desenvolvimento da economia, mas, na verdade, criaram uma classe de ricos, com alguma liquidez, mas sem uma base econômica sólida (Johannes Augel e Carlos Cardoso, pág. 263, 1996).

Depois que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional liberaram a primeira e a segunda prestações, a terceira parte foi bloqueada devido aos maus resultados, já que as metas esperadas nunca foram atingidas. A falta de apresentação das contas levou os doadores a caracterizar a situação, em 1992, como uma degradação econômica e financeira, como sugeriu o próprio Diretor-Geral do Gabinete do Estado e Previsão do Ministério das Finanças (veja a entrevista de Issufo Sanhá ao Expresso Bissau, 24 de junho de 1992, citada por Carlos Cardoso).

Por essa razão, a situação econômica que a Guiné-Bissau vivia era resultado da má gestão dos recursos destinados ao desenvolvimento socioeconômico, além da falta de prestação de contas públicas. Esse fator tornou o relançamento efetivo da economia o "calcanhar de Aquiles" e um sério desafio para a classe política do país.

De 1987 a 1992, o Estado guineense contraiu uma dívida com os principais parceiros de desenvolvimento de cerca de 600 milhões de dólares, destinados ao investimento no desenvolvimento da economia nacional.

É importante salientar que o programa de ajustamento estrutural destinado ao desenvolvimento, do ponto de vista socioeconômico, não teve sucesso devido à má gestão dos recursos destinados, à não implementação de reformas nas empresas públicas e à falta de transparência nas informações públicas. A não adoção de medidas adequadas ou

conducentes à arrecadação de receitas autônomas, como a venda de pescados, eletricidade e combustíveis, também foi um fator de insucesso. O compromisso era de pagar 15% ao Banco Central a cada ano.

As reformas político-jurídicas ocorridas na Guiné-Bissau entre 1986 e 1993 representaram um esforço inicial para responder às crescentes pressões internas e externas por democratização e reestruturação do poder. A criação da Comissão Alargada de Reflexão marcou um momento crucial nesse processo, pois trouxe à tona as divergências entre correntes conservadoras e reformistas dentro do próprio PAIGC, revelando um ambiente de tensão e disputa ideológica. Embora essas reformas tenham sinalizado uma abertura institucional, o partido ainda buscava preservar sua posição como única força política legítima. Contudo, os ventos de mudança que sopravam de outras partes do mundo, especialmente da Europa de Leste, intensificaram o desgaste do modelo de partido único. É nesse contexto que se insere o debate sobre o fim do regime monopartidário, processo que obrigou o PAIGC a confrontar-se com seus próprios limites e a abrir, gradualmente, espaço para o surgimento de uma nova configuração política baseada no pluralismo e na participação democrática.

O PAIGC, que gozava do estatuto de partido-Estado há 16 (dezasseis) anos de governação, habituado a decidir todos os problemas dos guineenses, não foi fácil de ceder, seja internamente, assim como externamente. Durante esse período, perfilava-se como um regime único partidário. Com as mudanças políticas que começaram na Europa de Leste e abalaram a maior parte dos países africanos, o regime em Bissau foi obrigado a mudar o rumo de seu percurso político.

Perante essa situação, o PAIGC começou a ver seus adversários políticos como uma ameaça e inimigos. Internamente, os jovens quadros do partido instrumentalizaram a possibilidade de criar uma democracia interna e, sobretudo, abrir o espaço para o diálogo entre as clivagens, o que facilitaria a estruturação e a circulação da elite (Rui Jorge Semedo, 2021, p. 159).

A ação dos assinantes da Carta 121, que surgiu no II Congresso Extraordinário do PAIGC, realizado em janeiro de 1991 em uma das instalações militares (base aérea), foi mal percebida e mal interpretada pelo presidente João Bernardo Vieira (Nino). Surpreendido com a iniciativa dos jovens quadros técnicos e militantes do PAIGC, criou-se uma crispação dentro do partido entre os veteranos de guerra e os jovens quadros técnicos, além de uma disputa pela liderança entre João Bernardo Vieira (Nino) e Malam Bacai Sanhá.

Os assinantes da Carta 121 eram jovens quadros técnicos do partido, muitos dos quais destacados, mas que não ocupavam assentos nos órgãos decisores do partido. Eles perceberam que os veteranos eleitos para o Comitê Central do partido não teriam a capacidade de enfrentar os desafios durante a transição democrática. O principal objetivo desses jovens quadros era transformar o partido em uma organização forte, aberta às diferenças ideológicas, conforme argumentado por Aguinelo Regala, em Nóbrega (2003, p. 263), (citado por Rui Jorge Semedo, 2021, p. 160).

Perante a disputa entre os militantes veteranos, que haviam lutado pela independência, e os novos quadros técnicos, jovens acadêmicos, havia divergências sobre as estratégias a serem adotadas para uma democracia interna do partido, assim como para enfrentar as mudanças. Diante da disputa interna, parte dos reformistas abandonou o partido, optando por criar outra formação política.

A lei nº1/91 encerou o regime de partido único na Guiné-Bissau e iniciou a transição democrática, marcada por reformas legais, despartidarização das FARP e a extinção da polícia política. Em 1994, realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias, nas quais o PAIGC venceu, seguida pelo RGB/Bem pelo PRS.

5. Discussão dos resultados

5.1 A continuidade do poder político e o papel do PAIGC

A maioria dos entrevistados destacou que, embora o sistema multipartidário tenha sido formalmente introduzido, o PAIGC manteve seu protagonismo e controle sobre os principais recursos do Estado. Essa continuidade foi interpretada como resultado direto da cultura política instaurada desde a independência, baseada na centralização do poder e no patrimonialismo.

Falando sobre os antecedentes do processo de transição, o Entrevistado nº 1 membro fundador do PRS Licenciado em Medicina afirmou:

"O mundo estava dividido em dois blocos, a saber: o bloco ocidental e o bloco de leste, ou seja, o capitalismo e o socialismo centralizado. Após a queda do Muro de Berlim, o mundo passou a viver momentos de aproximação, buscando um modelo intermediário que muitos países não tinham, similar ao modelo dos países nórdicos. A democracia, no sentido estrito da palavra, foi imposta aos países africanos, pois estes dependiam economicamente dos países europeus."

Numa das reuniões da União Europeia, onde foi analisada a problemática da democracia mundial, foi unanimemente decidido que todos os países da Ásia e da África, cujos regimes eram até então antidemocráticos, fossem obrigados, por pressões econômicas e políticas, a adotar o liberalismo político. Para isso, as instituições do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional foram utilizadas como instrumentos de pressão.

A Comissão Nacional de Eleições foi criada, colocando fim à comissão multipartidária de transição, e assumindo todas as suas competências relacionadas à coordenação e organização do processo eleitoral, conforme a Lei nº 2/93, de 28 de janeiro. Essa estrutura é composta por um presidente designado pelo presidente do Conselho de Estado, um representante de cada partido político, um representante do Conselho Nacional de Comunicação Social, do Ministério do Interior, do Ministério da Administração Territorial, além de quatro cidadãos independentes escolhidos por acordo de todos os partidos políticos (art. 2, nº 1).

Na impossibilidade de se obter consenso, a comissão delibera por voto da maioria de seus membros, sendo que o presidente tem direito ao voto de desempate. Isso teve um grande impacto político e social, pois, antes, a nomeação do cargo de diretor-geral deveria ser feita com base em nomeação partidária. Com isso, foi o fim da hegemonia partidária

(partido único). O P.A.I.G.C. deixou de ser a única força política dirigente da sociedade. A implementação do sistema multipartidário e a realização das eleições foram elementos fundamentais para o multipartidarismo. Hoje, para ascender ao cargo de diretor-geral, a nomeação deve ser baseada na capacidade intelectual do indivíduo.

Antes da entrada dos protagonistas do processo, que eram membros da R.G.B/M.B., o P.A.I.G.C. realizou um congresso com o objetivo de preparar suas fileiras para a chegada do "evento da democracia". Deste congresso também surgiu o chamado grupo dos 121, quadros que aparentemente concordavam com a mudança, mas à sua maneira. Ou seja, preparavam-se e organizavam-se como quadros intelectuais para enfrentar a situação e para que "a maré não os deixasse em terra".

Reforçou-se o poder local das regiões e setores para o ofício de recolha de assinaturas para a legalização dos partidos em formação. As autoridades, em vez de facilitarem, dificultaram ao máximo. Isso causou desgaste psicológico e físico nos dirigentes, militantes e simpatizantes.

A R.G.B./M.B. era um partido rígido e não pretendia ser o primeiro a ser legalizado, pois isso atrairia a atenção internacional e isolaria o P.A.I.G.C., justificando a mudança. O surgimento de vários partidos políticos deve-se ao fato de que, em um país governado por um único partido político por mais de 40 anos, cada grupo de pessoas, dependendo de suas circunstâncias, sentiu a necessidade de formar seu próprio partido, principalmente com a liberalização partidária. No entanto, é importante ressaltar que houve fusões, como o caso da União para Mudança.

O P.R.S. surgiu de uma forma "sui generis", pois todos éramos membros fundadores da Frente Democrática Social, o partido de Rafael Barbosa. No entanto, devido a desentendimentos internos, saímos e fundamos o P.R.S., que se tornou o catalisador da democracia na Guiné-Bissau. Caso contrário, teríamos um cenário similar ao de Angola e Moçambique, onde ainda existem comitês dos partidos nas administrações públicas, através dos sindicatos. Graças ao P.R.S., conseguimos romper com essas condições e garantir uma democracia verdadeira. As palavras e ações de Dr. Kumba Yalá foram essenciais para a implementação da democracia, e não podemos deixar de reconhecer sua contribuição para a atual situação política.

A nossa posição no partido F.S.D. sempre foi defender a ideia estatutária e a ideologia do partido com base na legalidade. Porém, devido ao não cumprimento interno de algumas questões, reivindicamos e, por não sermos ouvidos, acabamos sendo expulsos, inclusive eu, José de Pina, Cumba Yalá e Pedro Bacar Mané.

O partido ao qual pertencíamos defendia a ideologia da Democracia Social (abertura política, permissão de propriedade privada intelectual e liberdade de expressão). Já o P.R.S. tinha uma ideologia de Centro-Esquerda, que defendia os pobres e camponeses, pois acreditávamos que a Guiné-Bissau deveria basear-se no campo para seu desenvolvimento. Por isso, nosso símbolo é o arroz e o milho.

Os fundadores do partido foram: Carlos Sousa (funcionário da pesca), Nbunh Nancada, Bacar Mané (estudante de Direito), Mário Pires (funcionário da Cicer), José de Pina (licenciado em medicina), Mário Pereira, Cumba Yalá (professor), Ibraima Sorry Djaló e outros.

O P.R.S. foi fundado em 14 de janeiro de 1992 e legalizado em outubro de 1992. Atualmente, o partido integra a fileira dos outros partidos com a ideologia do I.D.C. (Internacional Democrática Centrista), ou seja, democracia centrista. Tem como aliados partidos com as mesmas ideologias, como o P.C.D. de Portugal, o Partido de Alassane Ouattara da Costa do Marfim, o partido mexicano no poder (em 06/2021), e o Partido de Merkel na Alemanha.

Na mesma linha de discussão, o entrevistado nº 2 Doutorado, com a especialidade da Economia em Lisboa, membro fundador de RGB/ MB afirma:

A caminhada final para o processo de transição democrática começou em 1985/1986, com o caso conhecido como "17 de outubro", que consistiu na prisão de um numeroso grupo de oficiais pertencentes à luta de libertação nacional, alguns deles reconhecidos como comandantes de renome nas façanhas da guerrilha. Entre eles, encontrava-se a segunda figura do país, o vice-presidente Paulo Correia, sem mencionar Pedro Ramos, irmão do lendário Domingos Ramos, este morto em combate de forma suspeita.

Mas o mais insólito de tudo foi a prisão, como no caso de um civil, de um alto quadro que havia sido Procurador-Geral da República. Trata-se de Viriato Rodrigues Pã, jurista e advogado, que atuou durante anos em Portugal. Nino Vieira mandou buscá-lo, após longas negociações com uma equipa composta por Avito José da Silva, Henriqueta Godinho Gomes e Leonel Vieira, este último embaixador da Guiné-Bissau em Portugal na época.

A prisão de Viriato Pã, juntamente com militares acusados de estarem a preparar um golpe de Estado, indicava uma intenção de apuração seletiva.

O 14 de novembro de 1980 serviu para afastar da cúpula do PAIGC o grupo cabo-verdiano, provocando uma separação definitiva e confirmando o que se tornara um lugar-comum na altura: “Cada macaco no seu galho”. No entanto, o 14 de Novembro também

foi utilizado para afastar, de forma violenta, determinados setores étnico-nacionais, procurando criminalizar e excluir camadas, figuras ou agrupamentos ideológicos através de acusações tendenciosas.

Esses acontecimentos refletiram uma autofagia dentro do PAIGC após o afastamento dos cabo-verdianos, revelando a incapacidade do ramo guineense do partido em produzir ideais políticos e ideológicos consistentes.

O Dr. Viriato foi uma figura de destaque na oposição à ocupação da cúpula do PAIGC pelos cabo-verdianos uma situação que sugeria dominação e colonização da Guiné-Bissau por Cabo Verde. Sendo o mesmo partido a governar ambos os países, sob a bandeira da unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde, as chefias estavam exclusivamente nas mãos de cabo-verdianos.

Após o julgamento, seis condenados à morte foram fuzilados entre junho e julho de 1986. Entre eles, constava o Dr. Viriato Pã. Os fuzilamentos, nos quais se incluiu o inocente Viriato Pã, representaram a incapacidade geral do PAIGC liderado por Nino Vieira de unir e libertar a nação da violência, das prisões arbitrárias e da constante violação dos direitos humanos, sem qualquer escrúpulo.

Os companheiros de Viriato Pã não toleraram a sua morte injusta e, de um dia para o outro, fundaram a Resistência da Guiné-Bissau / Movimento Bafatá (RGB/MB). Sete dos fundadores da RGB/MB foram colegas de Viriato no Colégio de Montariol, em Braga. O objetivo era derrubar o regime do partido único, que justificava prisões arbitrárias, estrangulamentos, enforcamentos nas prisões e violação sistemática dos direitos humanos.

A reação foi negativa por parte do poder político da Guiné-Bissau, mas o surgimento da RGB/MB teve repercussão internacional, principalmente pela forma violenta como as pessoas foram mortas, apesar de diversos e insistentes apelos, incluindo os de Sua Santidade, o Papa João Paulo I, que havia visitado anteriormente a Guiné-Bissau.

Após o anúncio público da criação da RGB, numa solene conferência de imprensa num dos mais conhecidos hotéis de Lisboa, o PAIGC introduziu bombas clandestinamente na embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa, com o objetivo de as detonar durante reuniões da recém-formada RGB/MB. As bombas foram transportadas por Fátima da Velha, pertencente a uma família originária de Canchungo, que estudara na Rússia.

O nosso Departamento de Defesa e Segurança no exterior localizou e denunciou o caso. Queba Sambú, que não concordou com o ato, entregou o material às autoridades

portuguesas. Desse episódio surgiu o livro Ordem para Matar, da autoria de Queba Sambú, cuja revisão foi feita pelo atual juiz Dr. Quintino Lopes Ferreira, um dos colegas de Montariol de Viriato Pã.

Num primeiro passo, enquanto o PAIGC planeava introduzir as bombas no nosso meio, aceitaram um encontro connosco em Lisboa, no Hotel Sheraton. Da parte do PAIGC, participaram o senhor Manuel Santos e Hugo Borges, então embaixador da Guiné-Bissau em Portugal. Pela RGB/MB, estiveram presentes o Dr. Laurindo Porfírio Costa, a Dra. Rumalda Martins Nunes Fernandes e o Dr. Salvador Tchongo, que chefiava a delegação. Foi um encontro supostamente exploratório de sentimentos, mas que não teve continuidade.

A reação da sociedade civil e da nação foi muito favorável e entusiástica. O regime, isolado no seu ato de fuzilamentos, torturas e violações de direitos, tornou-se abusivo, multiplicando agentes informadores em toda a parte, tentando identificar simpatizantes da RGB/MB.

A população estava cansada dos abusos cometidos logo após a independência, que voltaram a fustigar a nação antes mesmo de 14 de novembro. O primeiro comício realizado pelo partido, em maio de 1992, por ocasião da chegada da direção superior da RGB/MB, encheu o Estádio Lino Correia, com cerca de 50.000 pessoas, segundo a imprensa internacional da época.

A Guerra Fria teve um papel determinante na definição dos rumos políticos e econômicos de vários países africanos, incluindo a Guiné-Bissau. O alinhamento estratégico do regime português com o bloco ocidental, aliado às repressões ideológicas e militares sobre os movimentos de libertação, refletiu-se diretamente na forma como o Estado guineense se constituiu após a independência. A influência dos blocos geopolíticos não cessou com a conquista da soberania; ao contrário, moldou profundamente as opções de desenvolvimento adotadas pelo novo governo. Inicialmente inspirado pelo modelo socialista, o país procurou consolidar uma identidade nacional ancorada nos ideais da luta anticolonial. Contudo, a partir da década de 1980, com o colapso progressivo do bloco socialista e o fortalecimento das instituições financeiras internacionais, a Guiné-Bissau foi gradualmente conduzida a adotar reformas neoliberais. É nesse contexto de reorientação forçada que surge o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), representando uma viragem política e econômica que teria consequências profundas para os rumos do país.

Os fatores que estiveram na origem de abertura política na Guiné-Bissau podem ser observados em duas perspetivas: a exógena, resultante do contexto global nessa altura, influenciado sobretudo pelas dinâmicas neoliberais das organizações de Bretton Wood, nomeadamente, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) que condicionaram a ajuda ao orçamento do Estado a liberalização política do país e, por outro lado, e não menos importante está a situação política do desmembramento do bloco soviético e consequente queda do murro de Berlin, também contribuíram para a queda de regimes de partidos único na África lusófona, particularmente, na Guiné-Bissau; Já na perspetiva endógena, registou-se a subida de tensão interna como consequência do "caso 17 de outubro" onde seis membros do regime foram executados sob alegação de estarem a preparar um golpe de estado. Em resposta a esse acontecimento, um grupo de profissionais e estudantes guineenses em Portugal fundou o movimento político "Resistência da Guiné-Bissau" para denunciar a situação política e, ao mesmo tempo, provocar a abertura para a democracia.

5.2. A dinâmica do processo

Foi um processo difícil, porque o principal ator político na altura que era o PAIGC, embora estivesse sob pressão externa e interna, não se demonstrava interessado em liberalizar o país a ponto de permitir a alternância logo no primeiro pleito como aconteceu em Cabo Verde. O processo de abertura iniciou em 1991, mas só em julho de 1994 é que se conseguiu realizar as primeiras eleições gerais (presidenciais e legislativas) na história democrática do país. Foram praticamente três anos de avanços e recuos até a realização das eleições, inclusive, com situações de suposta tentativa de golpe de estado em que um dos líderes da oposição, João da Costa, foi apontado pelo regime como ator moral

O PAIGC, que era o único partido que controlava o poder político, não estava disposto a ceder, por isso, diferentemente de Cabo Verde, que anunciou a abertura em 1991 e nesse mesmo ano realizou as suas primeiras eleições democráticas, a Guiné-Bissau precisou de três anos. Facto que denota alguma resistência com vista a criar mecanismos de controlo para continuar no poder após a realização das eleições, aliás, que acabou mesmo por acontecer.

Vale mencionar que a existência de sociedade civil organizada em ONGs, associações de base, cooperativas e outras coincidiu, igualmente, com o processo de abertura política que possibilitou o surgimento de partidos políticos para competir para o

voto dos eleitores. Portanto, foi com muita expectativa que a sociedade em geral aderiu o processo de liberalização, sobretudo na perspetiva de influenciar a mudança na liderança política do país, mas tal não aconteceu porque havia uma resistência expressa da parte do poder.

A grande alteração que houve foi a queda do artigo 4º da Constituição da República que defendia que o PAIGC deve ser a única força com legitimidade política para liderar o país, e em seu lugar foi feita a nova redação que autoriza o multipartidarismo.

O processo de transição democrática teve impacto jurídico nas instituições públicas processou permitiu a elaboração de várias leis que dão suporte ao exercício democrático, nomeadamente, de criação de partidos políticos e organizações de sociedade civil, do direito a manifestação, greve, etc.

Como disse antes, a queda do artigo 4º da CR contribuiu para o surgimento de partidos políticos e também das organizações de sociedade civil.

O processo de transição democrática teve impacto económico no país e no dia-a-dia das populações aliás, a primeira transição democrática que houve no país foi em 1986, salvo erro, e não foi a política, mas a económica que retirou o Estado no mercado como agente económico e possibilitou o surgimento do setor privado no âmbito do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE). Embora reconhece-se que o PAE não teve impacto desejável na economia nacional e além de contribuir para o aumento de inflação no país, também influenciou ou acelerou a situação de pobreza nas zonas rurais impulsionando o fenómeno êxodo rural.

No que se refere à 4ª entrevistada atualmente ocupa a terceira posição no PAIGC, terceiro vice-presidente do partido, ela destaca como fatores que viabilizaram a transição democrática na Guiné-Bissau, pressão internacional por instituições financeiras, cooperações bilaterais, crise económica, descontentamento popular, o desejo de mudanças entre os sectores tais como juventude e classes intelectuais. Associada as diferentes crises cíclicas desde a independência assassinatos durante ocorrido no país umas revoltas sociais de modo que provocara uma destruturação da sociedade.

Tais fatores se alinham às teorizações de Huntington (1991), que apontam para convergência de crises internas e pressões como motores das "terceiras ondas" de democratização.

5.3. A reação dos atores políticos

A elite política demonstrou ambivalência: por um lado aderiu formalmente à democratização; por outro, procurou limitar seus efeitos por meio de controle dos meios de comunicação, da manipulação do sistema eleitoral e da cooptação dos novos partidos.

"Os partidos novos foram tolerados, mas não incentivados. Muitos não tinham acesso a meios nem proteção". a quarta (4ª) entrevistada A emergência do pluralismo partidário, apesar dos limites impostos, surgiram novos partidos que refletiam, em certa medida demandas reprimidas da sociedade. No entanto, a fraca institucionalização e a dependência financeira limitaram a sua capacidade de atuação autônoma. Em muitos casos, esses partidos acabaram por reproduzir as lógicas clientelistas do antigo regime.

Impactos da transição: Os impactos observados foram abertura do espaço público e de liberdades civis; persistência das práticas autoritárias em novas roupagens; mudanças nos discursos políticos e na retórica institucional. Uma participação cidadã limitada pela desigualdade e exclusão social.

Estes dados apontam para um processo de transição inacabada ou uma "democracia tutelada", o conceito explorado por O'Donnell e Schmiter (1986), segundo o qual as elites do antigo regime conduzem as transições com o objetivo de preservar seus interesses.

A nossa consideração final da análise qualitativa dos dados permitiu compreender que a transição democrática na Guiné-Bissau foi um processo muito complexo, marcado por avanços institucionais e permanências estruturais. As entrevistas revelaram a percepção crítica sobre a continuidade do poder político e sobre os limites da abertura política, confirmando em larga medida a hipótese de investigação.

Nos próximos capítulos será apresentada a conclusão geral, do estudo bem com recomendações para futuras investigações e políticas públicas

Conclusões

Para a construção deste trabalho, utilizamos as teorias da transição para a democracia como base para compreender e enquadrar o caso da Guiné-Bissau, buscando obter uma linha histórica dos acontecimentos, bem como as correntes teóricas e suas abordagens mais relevantes sobre as transições políticas.

Este trabalho nos deixa algumas conclusões fundamentais:

A primeira é que a transição na Guiné-Bissau é um caso que não apresenta uma única teoria capaz de caracterizá-la de forma geral e satisfatória. A transição política de um regime monopartidário para o multipartidarismo entre 1990 e 1993 exige uma análise de várias variáveis, que, aplicadas corretamente, permitiriam um melhor ordenamento do estudo.

Em segundo lugar, é de grande relevância entender que o caso da Guiné-Bissau é o resultado de uma combinação e interligação de fatores internos e externos, sem que seja possível estabelecer a prevalência de um caso sobre o outro.

A transição política na Guiné-Bissau é um exemplo concreto de uma transição por consentimento e condicionalidade. Em outras palavras, ela resulta das ações dos atores nacionais, que procuraram estabelecer ligações internacionais, além de ser uma dinâmica de fatores externos que sempre procuraram influenciar o resultado do processo político, em sintonia com as forças internas, através de métodos de pressão bilaterais ou multilaterais.

Em terceiro lugar, durante a revisão literária, refletimos sobre o contexto das teorias da transição, defendendo que há um conjunto de variáveis que melhor definem o processo da Guiné-Bissau entre 1990 e 1993, especialmente "a base da liderança do regime anterior não democrático". É visível que "quem inicia e controla a transição", assim como "o ambiente da elaboração da constituição", são elementos fundamentais, passando pelas eleições fundadoras e culminando na "dimensão internacional da transição". Esta caracterização se baseia numa lógica de análise dos acontecimentos, que procuramos mostrar por meio de sua aplicação empírica.

Nosso esforço de investigação procurou sempre analisar a dinâmica política do PAIGC durante o regime único de 1980 a 1993, suas repercussões nos processos de transição democrática, e as contradições internas que frequentemente resultaram em

ferocidades e atrocidades políticas por parte do poder, o que contribuiu para o insucesso da democracia na Guiné-Bissau, prejudicando o desenvolvimento do país até hoje.

Os dados obtidos demonstram claramente que essas violências políticas (contradições violentas) fizeram parte da história de formação de movimentos que, posteriormente, se transformaram em partidos políticos, arrastando e afetando significativamente a democratização do país. A crise econômica, social e política entre 1980 e 1993, com intensas lutas e a punição, até mesmo com mortes de grandes figuras públicas civis e militares, agravou os problemas e as contestações sociais, além de ter fomentado disputas de cunho étnico nas forças armadas. Isso levou ao surgimento de uma oposição organizada no exterior, contra o regime do PAIGC, designada RGB/MB.

A incapacidade de liderança e a má gestão dos bens públicos, somadas à incompetência do PAIGC em se adaptar às novas realidades políticas, resultaram em um ciclo de instabilidade política, caracterizado por repressão, ódio, intrigas e violência. O PAIGC, que inicialmente governava com um poder político, econômico e social único no país, não conseguiu entender a necessidade de buscar quadros técnicos qualificados para enfrentar os novos desafios da governança.

De acordo com as informações obtidas tanto nas leituras quanto nas entrevistas, é evidente a primazia do PAIGC e de seus atores políticos no processo de transição, o que se refletiu tanto na revisão constitucional quanto na preparação de todo o processo de transição. Embora o processo tenha contado com a colaboração de membros da oposição e de outros partidos, além de elementos da sociedade civil, a influência do PAIGC foi determinante, especialmente na criação das Comissões para Transição (Comissão da Revisão Constitucional, Comissão Multipartidária de Transição, Comissão Nacional de Eleições e outras Comissões subsequentes). O desenho da cartografia eleitoral foi, em grande parte, dirigido por elementos ligados ao PAIGC ou pelo menos de sua confiança.

Apesar da resistência em tentar democratizar ainda mais o processo de transição, este foi gerido sob o controle do PAIGC e, por isso, teve sucesso em certa medida, pois foi conduzido de forma a não colocar em risco as grandes ambições do PAIGC e do poder.

A formação da elite política moderna na Guiné-Bissau resultou de uma combinação de dois fatores principais, derivados de processos históricos: (1) a afirmação definitiva do Estado colonial português, e (2) a incorporação da camada africana e luso-africana nas estruturas, instituições e no contexto da dinâmica sociopolítica da colônia, a partir do século XIX. A concentração de luso-africanos, grumetes e o número decrescente de portugueses reforçou o sentido de identidade desse grupo, evidenciado nos casamentos

endogâmicos e nas alianças com comerciantes cabo-verdianos e oficiais militares. (Carlos Cardoso, p. 3, 2022)

A realidade pós-transição na Guiné-Bissau não contribuiu para a resolução de conflitos originados dentro do PAIGC, como apontado por Rui Jorge Semedo e Paulina Mendes (p. 12, 2021). As inquietações vividas dentro e fora do partido durante o período de transição transbordaram nas lutas mais intensas após o período eleitoral, ambas focadas em afastar do poder o presidente João Bernardo Vieira. Por um lado, surgiram as oposições recém-criadas, e, por outro, ex-militantes e militares do partido único liderado por Malam Bacai Sanhá, antigo presidente do parlamento, e Manuel Saturnino da Costa. A transição do monopartidarismo para o multipartidarismo na Guiné-Bissau, entre 1990 e 1993, foi vista como uma oportunidade para superar o regime anterior e, potencialmente, fortalecer as relações entre os partidos políticos, cidadãos e o Estado. No entanto, constatamos que, após a proclamação do PAIGC como a força política dirigente da sociedade, tratava-se de consolidar um poder igualmente elitista, conforme observação de Carlos Cardoso (p. 12).

Bibliografia

Augel, Johannes; CARDOSO, Carlos. (1996). *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*. 2. ed. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP). (Coleção Kaçu Martel, v. 10).

Barros, Miguel de. (2010). *Análise das elites políticas e militares*. [S.l.]: [s.n.].

Bogdan, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. 2. ed. Porto: Porto Editora. (Coleção Ciências da Educação).

Buur, Lars; KYED, Helene Maria. (2005). *State recognition of traditional authority in Mozambique: the nexus of community representation and state assistance*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet. (Discussion Paper 28).

Cabral, Amílcar. (1970). *Obras históricas e políticas*. Apud: ALMEIDA, Nome. (2005), p. 34.

Cardoso, Carlos. (2002). *A formação da elite política na Guiné-Bissau*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL. Working Paper. [Consulta em: 07 fev. 2024]. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2434/1/CEA_OP5_Cardoso_Elite.pdf

Cardoso, Carlos. (2004). "A formação e recomposição da elite política moderna na Guiné-Bissau: continuidades e rupturas (1910–1999)". In: *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Cardoso, Carlos. (1995). "A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil". In: *Lusotopie*, nº 2, pp. 259–282. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP).

Cerqueira, Adriano S. Lopes da Gama. (1996). *A validade do conceito de cultura política*. *Revista de História LPH*, v. 6, nº 6, dez. 1996. Mariana (MG): Universidade Federal de Ouro Preto. [Consulta em: 12 jun. 2024].

Denzin, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (2006). *Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed.

Flick, Uwe. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed Bookman.

Gil, António Carlos. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas.

Glaser, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. (1967). *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. Chicago: Aldine Publishing Co. Disponível em: https://search.worldcat.org/title/the-discovery-of-grounded-theory-strategies-for-qualitative-research/oclc/253912

Guba, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. (1994). *Competing paradigms in qualitative research*. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (orgs.). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Koudawo, Fafali. (2001). *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP). (Coleção Kaçu Martel, Série Ciências Sociais, nº 14).

Lakatos, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas

Lopes, Carlos. (1982). *Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau*. 1. ed. Lisboa: Edições 70. (Biblioteca de Estudos Africanos, nº 8).

Minayo, Maria Cecília de Souza. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec. (Coleção Saúde em Debate, nº 46).

Munhoz, Sidnei J. (2018). *George Frost Kennan e a arquitetura da política externa dos EUA na gênese da Guerra Fria*. *Diálogos*, v. 22, nº 1. Maringá: Universidade Estadual de Maringá. [Consulta em: 28 mar. 2025]. Disponível em: https://ojs.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/43621

Patton, Michael Quinn. (2002). *Qualitative research & evaluation methods*. 3. ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications

Pereira, José. (2011). *As influências das autoridades tradicionais na política guineense*. [S.l.]: [s.n.]. [Consulta em: 27 nov. 2024].

Pires de lima, Bernardo; MOREIRA DE SÁ, Tiago. (2005). "As teorias de transições para democracia e o caso português". *Relações Internacionais*, 7, pp. 127-144. [Consulta em: 04 mai. 2024]. Disponível online em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r7/RI07_11BPLima_TMSa.pdf

Semedo, Rui Jorge. (2021). *PAIGC: a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974–1990)*. Bissau: DEMOS / Nimba Edições. (Documento de trabalho nº 182/2021 – Coleção Ensaios & Debates).

Semedo, Rui Jorge. (2011). *O Estado da Guiné-Bissau e os desafios político-institucionais*. Comunicação apresentada no 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, 2 mar. 2011.

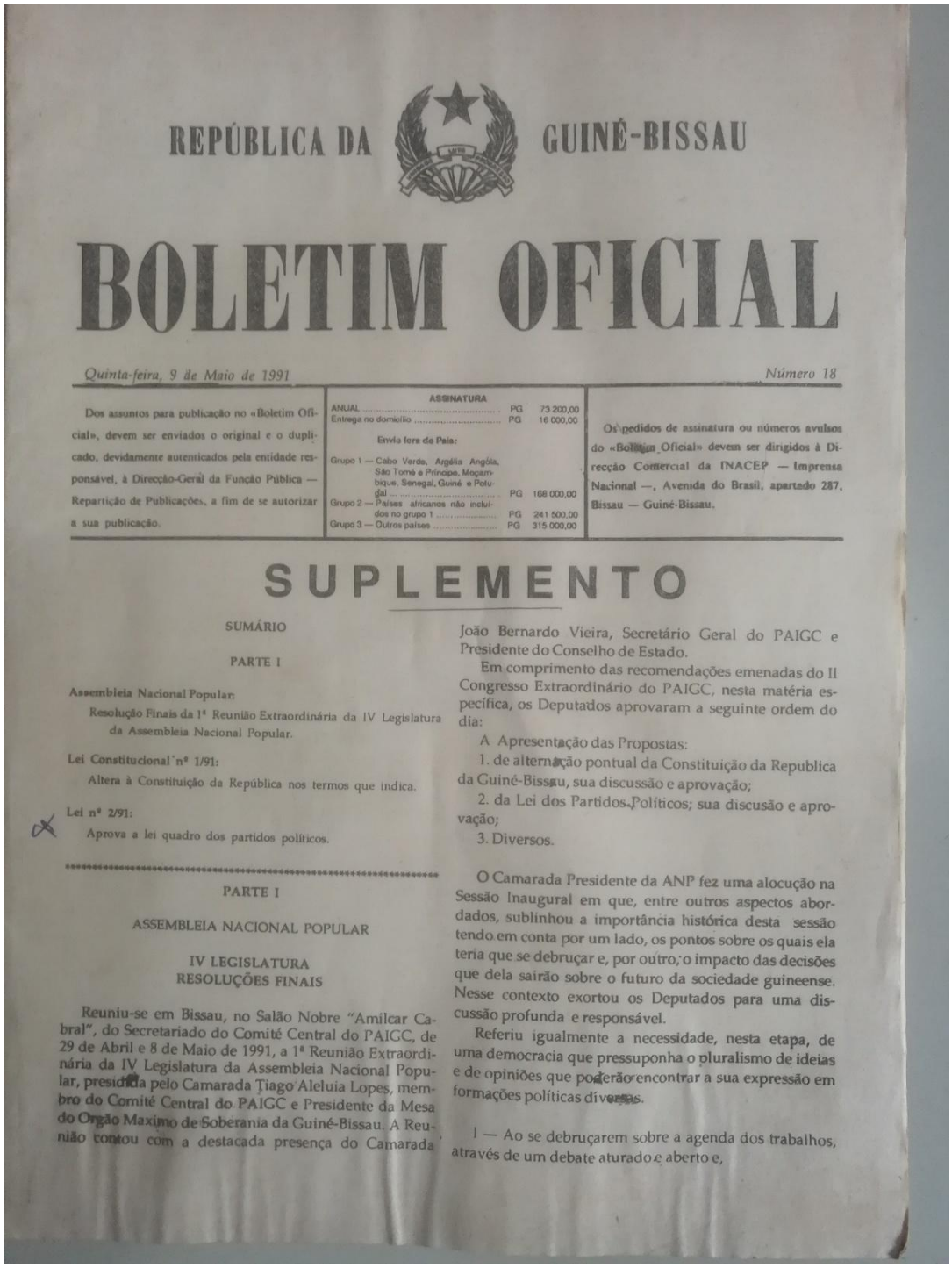
Semedo, Rui Jorge; MENDES, Paulina. (2021). *Partidos políticos, eleições e participação cidadã*. In: CARTER, Miguel; CARDOSO, Carlos (orgs.). *Vozes do povo: sociedade, política e opinião pública na Guiné-Bissau*. Bissau: DEMOS. [Consulta em: 20 mar. 2025]. Disponível em: https://vozesdopovo.org/pt/projeto-de-pesquisa

Tricarico, Nicole. (2023). *Uma revisão teórica da trajetória do conceito de transição democrática na Ciência Política*. *Conjuntura Global*, v. 12, nº 2, dez. 2023. [Consulta em: 12 jun. 2024]. DOI: https://doi.org/10.5380/cg.v12i2.91247

Yin, Robert K. (2016). *Pesquisa qualitativa: do início ao fim*. 1. ed. Porto Alegre: Penso.

Anexos

Anexo I



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

BOLETIM OFICIAL

Quinta-feira, 9 de Maio de 1991 — *Número 18*

Dos assuntos para publicação no «Boletim Oficial», devem ser enviados o original e o duplicado, devidamente autenticados pela entidade responsável, à Direcção-Geral da Função Pública — Repartição de Publicações, a fim de se autorizar a sua publicação.

ASSINATURA

ANUAL	PG	73 200,00
Entrega no domicílio	PG	16 000,00
Envio fora do País:		
Grupo 1 — Cabo Verde, Angóla, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Senegal, Guiné e Portugal	PG	168 000,00
Grupo 2 — Países africanos não incluídos no grupo 1	PG	241 500,00
Grupo 3 — Outros países	PG	315 000,00

Os pedidos de assinatura ou números avulsos do «Boletim Oficial» devem ser dirigidos à Direcção Comercial da INACEP — Imprensa Nacional —, Avenida do Brasil, apartado 287, Bissau — Guiné-Bissau.

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

PARTE I

Assembleia Nacional Popular:

Resolução Finais da 1ª Reunião Extraordinária da IV Legislatura da Assembleia Nacional Popular.

Lei Constitucional nº 1/91:

Altera à Constituição da República nos termos que indica.

Lei nº 2/91:

Aprova a lei quadro dos partidos políticos.

PARTE I

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR

IV LEGISLATURA
RESOLUÇÕES FINAIS

Reuniu-se em Bissau, no Salão Nobre "Amílcar Cabral", do Secretariado do Comité Central do PAIGC, de 29 de Abril e 8 de Maio de 1991, a 1ª Reunião Extraordinária da IV Legislatura da Assembleia Nacional Popular, presidida pelo Camarada Tiago Aleluia Lopes, membro do Comité Central do PAIGC e Presidente da Mesa do Orgão Maximo de Soberania da Guiné-Bissau. A Reunião contou com a destacada presença do Camarada João Bernardo Vieira, Secretário Geral do PAIGC e Presidente do Conselho de Estado.

Em comprimento das recomendações emenadas do II Congresso Extraordinário do PAIGC, nesta matéria específica, os Deputados aprovaram a seguinte ordem do dia:

A Apresentação das Propostas:

1. de alternação pontual da Constituição da Republica da Guiné-Bissau, sua discussão e aprovação;
2. da Lei dos Partidos Políticos; sua discusão e aprovação;
3. Diversos.

O Camarada Presidente da ANP fez uma alocução na Sessão Inaugural em que, entre outros aspectos abordados, sublinhou a importância histórica desta sessão tendo em conta por um lado, os pontos sobre os quais ela teria que se debruçar e, por outro, o impacto das decisões que dela sairão sobre o futuro da sociedade guineense. Nesse contexto exortou os Deputados para uma discussão profunda e responsável.

Referiu igualmente a necessidade, nesta etapa, de uma democracia que pressuponha o pluralismo de ideias e de opiniões que poderão encontrar a sua expressão em formações políticas diversas.

I — Ao se debruçarem sobre a agenda dos trabalhos, através de um debate aturado e aberto e,

7. Exercer os demais poderes que lhe forem conferidos pela Constituição.

ARTIGO 83º

Para a realização das suas atribuições e dentro dos limites estabelecidos na lei, os Conselhos Regionais adoptam resoluções. Estas são obrigatórias para todas as instituições, colectividades e cidadãos das regiões respectivas.

ARTIGO 84º

Na sua primeira sessão o Conselho Regional elege por toda a legislatura a sua Mesa constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

ARTIGO 85º

O Conselho Regional reúne-se em sessões ordinárias duas vezes por ano. Pode igualmente reunir-se extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente por iniciativa própria ou sob proposta do Presidente do Comité de Estado.

ARTIGO 86º

1. O Comité Regional de Estado é o órgão executivo da região. Ele é designado pelo Governo.
2. A composição do Comité Regional de Estado é fixada por lei.

ARTIGO 87º

São atribuições do Comité Regional de Estado:

1. Preparar as sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho Regional;
2. Executar as resoluções adoptadas pelo Conselho Regional e as decisões dos órgãos superiores do Estado;
3. Apoiar a actividade dos membros dos Conselhos Regionais e das suas Comissões;
4. Anular a execução de qualquer decisão emanada dos órgãos locais hierarquicamente inferiores quando violem a Constituição, as leis ou outras medidas dos órgãos superiores do poder de Estado ou afectem os interesses de outras comunidades ou os interesses gerais do país;
5. Elaborar o orçamento regional;
6. Conhecer, apreciar e adoptar as medidas pertinentes sobre as contas dos órgãos hierarquicamente inferiores;
7. Preparar o programa anual de desenvolvimento da região;
8. Dirigir os serviços administrativos e controlar as empresas locais;
9. Adoptar medidas de apoio às actividades das unidades produtivas e dos serviços instalados na região;
10. Todas as demais que lhe forem conferidas pela lei ou por resoluções do Conselho Regional.

ARTIGO 88º

1. No cumprimento das atribuições e no período compreendido entre as sessões do Conselho, o Comité Regional de Estado adopta resoluções e emite ordens.
2. As resoluções e ordens de carácter geral do Comité de Estado devem ser submetidas à ratificação do Conselho na sua primeira reunião.

ARTIGO 89º

São atribuições próprias do Presidente do Comité de Estado:

1. Representar o Governo na Região;
2. Convocar e presidir às reuniões do Comité de Estado;
3. Organizar a actividade do Comité de Estado.

ARTIGO 90º

1. Os Comités de Estado das circunscrições inferiores à região têm por missão a realização, dentro do respectivo território, das actividades dos programas regional e nacional, e subordinam-se hierarquicamente aos Comités de Estado do escalão imediatamente superior, os quais orientam e controlam a sua actividade.

CAPÍTULO VI

Da Administração da Justiça

ARTIGO 91º

1. A Justiça serve a realização dos objectivos fundamentais da Constituição.
2. A Justiça é administrada com base em ampla participação popular.
3. A administração da Justiça incumbe exclusivamente aos tribunais instituídos por lei.

ARTIGO 92º

O Supremo Tribunal de Justiça é a instância judicial suprema da República. Os seus juízes são nomeados pelo Presidente do Conselho de Estado.

ARTIGO 93º

1. É proibida a existência de tribunais exclusivamente destinados ao julgamento de certas categorias de crimes.

2. A Bandeira Nacional da República da Guiné-Bissau é formada por três faixas rectangulares, de cor vermelha, amarela e verde. As faixas são iguais em forma e superfície, ocupando a vermelha o lado esquerdo, em posição vertical, a amarela e a verde em posição horizontal, respectivamente, do lado superior e do lado inferior direito. A faixa vermelha é marcada com uma estrela negra de cinco pontas.

3. As Armas da República da Guiné-Bissau consistem em duas palmas dispostas em círculo, unidas pela base, onde assenta uma concha amarela, e ligadas por uma fita em que se inscreve o lema «UNIDADE LUTA PROGRESSO».

Na parte central superior insere-se uma estrela negra de cinco pontas.

4. O Hino Nacional é «Esta é a nossa Pátria Amada».

ARTIGO 22º

A capital da República da Guiné-Bissau é Bissau.

TÍTULO II

Dos Direitos, Liberdades, Garantias e Deveres Fundamentais

ARTIGO 23º

1. Todos os cidadãos são iguais perante a lei gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica.

ARTIGO 24º

O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural.

ARTIGO 25º

1. O Estado reconhece a constituição da família e assegura a sua protecção.

2. Os filhos são iguais perante a lei, independentemente do estado civil dos progenitores.

ARTIGO 26º

1. Todo o cidadão nacional que resida ou se encontre no estrangeiro goza dos mesmos direitos e está sujeito aos mesmos deveres que os demais cidadãos, salvo no que seja incompatível com a ausência do país.

2. Os cidadãos residentes no estrangeiro gozam do cuidado e da protecção do Estado.

ARTIGO 27º

1. Os estrangeiros, na base da reciprocidade, e os apátridas, que residam ou se encontram na Guiné-Bissau, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres que o cidadão guineense, excepto no que se re fere aos direitos políticos, ao exercício das funções públicas e aos demais direitos e deveres expressamente reservados por lei ao cidadão nacional.

2. O exercício de funções públicas só poderá ser permitido aos estrangeiros desde que tenham carácter predominantemente técnico, salvo acordo ou convenção internacional.

ARTIGO 28º

Os direitos, liberdades, garantias e deveres consagrados nesta Constituição não excluem quaisquer outros que sejam previstos nas demais leis da República.

ARTIGO 29º

1. O exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais só poderá ser suspenso ou limitado em caso de estado de sítio ou de estado de emergência declarados nos termos da lei.

2. As leis restritivas de direitos, liberdades e garantias têm de revestir carácter geral e abstrato, devem limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos e não podem ter efeitos retroactivos, nem diminuir o conteúdo essencial dos direitos.

ARTIGO 30º

Todo o cidadão tem o direito de recorrer aos órgãos jurisdicionais contra os actos que violem os seus direitos reconhecidos pela Constituição e pela lei, não podendo a Justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos.

ARTIGO 31º

Nenhum dos direitos e liberdades garantidos aos cidadãos pode ser exercido contra a independência da Nação, a integridade do território, a unidade nacional, as instituições da República e os princípios e objectivos consagrados na presente Constituição.

ARTIGO 32º

1. Todas as pessoas têm direito à vida e a integridade física e moral.

2. Ninguém pode ser submetido a penas ou a tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

ARTIGO 41º

1. Todo o cidadão tem o direito e o dever da educação.
2. O Estado promove gradualmente a gratuitidade e a igual possibilidade de acesso de todos os cidadãos aos diversos graus do ensino.

ARTIGO 42º

É livre a criação intelectual, artística e científica que não contrarie a promoção do progresso social. A lei protegerá os direitos do autor.

ARTIGO 43º

1. Todo o cidadão tem o direito e o dever de participar na vida política, económica e cultural do país, nos termos da lei.
2. Todo o cidadão pode apresentar sugestões, queixas, reclamações e petições aos órgãos da soberania ou a quaisquer autoridades nos termos e pelas formas determinados na lei.

ARTIGO 44º

A liberdade de expressão do pensamento, de reunião, de associação, de manifestação assim como a liberdade de ter religião, são garantidas nas condições previstas na lei.

ARTIGO 44º-A

1. Na República da Guiné-Bissau é garantida a liberdade da imprensa nos termos da lei.
2. O Estado garante um serviço público de imprensa, de rádio e televisão, independentes dos interesses económicos e políticos.
3. Será criado um Conselho Nacional de Comunicação Social para garantir o exposto no número anterior e assegurar a possibilidade de expressão e confronto, das diversas correntes de opinião.
4. As atribuições e composição do Conselho Nacional de Comunicação Social serão fixadas por lei.

ARTIGO 45º

Em conformidade com o desenvolvimento do país, o Estado criará progressivamente as condições necessárias à realização integral dos direitos de natureza económica e social reconhecidos neste título.

TÍTULO III

Dos Órgãos do Poder de Estado

ARTIGO 46º

Os órgãos do poder representativos do povo da República da Guiné-Bissau são a Assembleia Nacional Popular e os Conselhos Regionais. Deles emanam os poderes dos demais órgãos do Estado.

ARTIGO 47º

1. Os membros dos Conselhos Regionais são eleitos por sufrágio livre, universal, igual, directo e secreto. São eleitores todos os cidadãos nacionais maiores de 18 anos, ressalvadas as incapacidades estabelecidas na lei.
2. Os membros da Assembleia Nacional Popular são eleitos pelos Conselhos Regionais de entre os seus membros desde que sejam cidadãos nacionais originários, nas condições e pela forma fixadas por lei.
3. Só podem ser eleitos aos Conselhos Regionais e à Assembleia Nacional Popular os cidadãos maiores de 21 anos.
4. O sistema eleitoral, as condições de elegibilidade, a divisão do território em c´rculos eleitorais bem como o número de membros dos Conselhos Regionais e da Assembleia Nacional Popular são fixados pela Lei Eleitoral.

CAPÍTULO I

Da Assembleia Nacional Popular

ARTIGO 48º

A Assembleia Nacional Popular é o órgão supremo do poder do Estado. Ela decide sobre as questões fundamentais da política interna e externa do Estado, organiza e controla a aplicação da linha política, económica, social, cultural e de defesa e segurança definida pelo PAIGC.

ARTIGO 49º

1. Os membros da Assembleia Nacional Popular designam-se por deputados.
2. Os deputados à Assembleia Nacional Popular são representantes de todo o povo e não unicamente dos círculos eleitorais por que foram eleitos.
3. Os deputados têm o dever de manter um contacto estreito com os seus eleitores e de lhes prestar regularmente contas das suas actividades.

ARTIGO 50º

Cada legislatura tem a duração de cinco anos e inicia-se com a proclamação dos resultados eleitorais.

ARTIGO 51º

Os deputados à Assembleia Nacional Popular prestam juramento nos seguintes termos:

«Juro que farei tudo o que estiver nas minhas forças para cumprir, com honra e fidelidade total ao Povo, o meu mandato de deputado, defendendo sempre e intransigentemente os interesses nacionais e os princípios e objectivos da Constituição da República da Guiné-Bissau».

ARTIGO 41º

1. Todo o cidadão tem o direito e o dever da educação.
2. O Estado promove gradualmente a gratuitidade e a igual possibilidade de acesso de todos os cidadãos aos diversos graus do ensino.

ARTIGO 42º

É livre a criação intelectual, artística e científica que não contrarie a promoção do progresso social. A lei protegerá os direitos do autor.

ARTIGO 43º

1. Todo o cidadão tem o direito e o dever de participar na vida política, económica e cultural do país, nos termos da lei.
2. Todo o cidadão pode apresentar sugestões, queixas, reclamações e petições aos órgãos da soberania ou a quaisquer autoridades nos termos e pelas formas determinados na lei.

ARTIGO 44º

A liberdade de expressão do pensamento, de reunião, de associação, de manifestação assim como a liberdade de ter religião, são garantidas nas condições previstas na lei.

ARTIGO 44º-A

1. Na República da Guiné-Bissau é garantida a liberdade da imprensa nos termos da lei.
2. O Estado garante um serviço público de imprensa, de rádio e televisão, independentes dos interesses económicos e políticos.
3. Será criado um Conselho Nacional de Comunicação Social para garantir o exposto no número anterior e assegurar a possibilidade de expressão e confronto, das diversas correntes de opinião.
4. As atribuições e composição do Conselho Nacional de Comunicação Social serão fixadas por lei.

ARTIGO 45º

Em conformidade com o desenvolvimento do país, o Estado criará progressivamente as condições necessárias à realização integral dos direitos de natureza económica e social reconhecidos neste título.

TÍTULO III

Dos Órgãos do Poder de Estado

ARTIGO 46º

Os órgãos do poder representativos do povo da República da Guiné-Bissau são a Assembleia Nacional Popular e os Conselhos Regionais. Deles emanam os poderes dos demais órgãos do Estado.

ARTIGO 47º

1. Os membros dos Conselhos Regionais são eleitos por sufrágio livre, universal, igual, directo e secreto. São eleitores todos os cidadãos nacionais maiores de 18 anos, ressalvadas as incapacidades estabelecidas na lei.
2. Os membros da Assembleia Nacional Popular são eleitos pelos Conselhos Regionais de entre os seus membros desde que sejam cidadãos nacionais originários, nas condições e pela forma fixadas por lei.
3. Só podem ser eleitos aos Conselhos Regionais e à Assembleia Nacional Popular os cidadãos maiores de 21 anos.
4. O sistema eleitoral, as condições de elegibilidade, a divisão do território em c´rculos eleitorais bem como o número de membros dos Conselhos Regionais e da Assembleia Nacional Popular são fixados pela Lei Eleitoral.

CAPÍTULO I

Da Assembleia Nacional Popular

ARTIGO 48º

A Assembleia Nacional Popular é o órgão supremo do poder do Estado. Ela decide sobre as questões fundamentais da política interna e externa do Estado, organiza e controla a aplicação da linha política, económica, social, cultural e de defesa e segurança definida pelo PAIGC.

ARTIGO 49º

1. Os membros da Assembleia Nacional Popular designam-se por deputados.
2. Os deputados à Assembleia Nacional Popular são representantes de todo o povo e não unicamente dos círculos eleitorais por que foram eleitos.
3. Os deputados têm o dever de manter um contacto estreito com os seus eleitores e de lhes prestar regularmente contas das suas actividades.

ARTIGO 50º

Cada legislatura tem a duração de cinco anos e inicia-se com a proclamação dos resultados eleitorais.

ARTIGO 51º

Os deputados à Assembleia Nacional Popular prestam juramento nos seguintes termos:

«Juro que farei tudo o que estiver nas minhas forças para cumprir, com honra e fidelidade total ao Povo, o meu mandato de deputado, defendendo sempre e intransigentemente os interesses nacionais e os princípios e objectivos da Constituição da República da Guiné-Bissau».

Anexo II

ISCTE
Instituto Universitário de Lisboa
Guião de Entrevista

Sua colaboração é importante e necessária para o desenvolvimento da minha pesquisa, porém sua participação é voluntária.
Este estudo tem por finalidade recolher informações para a realização de um trabalho de investigação intitulado: "**Transição Democrática na Guiné-Bissau de 1990 a 1993**" visando a obtenção do grau de mestrado em História Moderna Contemporânea.
Será garantido o anonimato e o sigilo das informações fornecidas, elas serão utilizadas exclusivamente para fins científicos, pelo que solicito seu consentimento informado.
Não é obrigado preencher todos os itens.

1. Identificação

1.1. Nome:

1.2. Idade:

1.3. Sexo:

1.4. Etnia:

1.5. Religião:

1.6. Profissão:

1.7. Ocupação atualmente:

2. Dimensão Sociodemográfica

2.1. Na sua opinião que factores ou causas estiveram na origem da transição democrática na Guiné-Bissau?

2.2. Qual é a sua opinião sobre a dinâmica do referido processo?

2.3. Como o poder político do então reagiu a esse processo de transição democrática?

2.4. Como a sociedade civil e a população em geral reagiu ao processo de transição democrática?

3. Dimensão Político-jurídica

3.1. O que foi feito ao nível político para viabilizar o processo de transição democrática na Guiné-Bissau?

3.2. Você tem conhecimento de alguma alteração ou mudança nas nossas legislações do país por conta dessa transição democrática? Sim, explique por favor!

3.3. O processo de transição democrática teve algum impacto jurídico nas instituições públicas e no dia-a-dia das populações? X□ Sim, como esse impacto se processou? □Não.

3.4. Como explica o surgimento de outros partidos políticos no país?

4. Dimensão Económica

4.1. O processo de transição democrática teve algum impacto económico no país e no dia-a-dia das populações? Sim, como esse impacto se processou?

Agradeço a vossa colaboração!